



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

**DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO**

**Para a Conversão de Empreendimentos Turísticos  
Não-Sustentáveis em Portugal. Reflexões.**

**Dora Adriana Gomes Francisco**

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Marques  
Freire e Arq.<sup>a</sup> Pais. Margarida Cancela d'Abreu

**Mestrado em Arquitectura Paisagista**

Dissertação

Évora, 2017



PARA A CONVERSÃO DE  
EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS  
NÃO-SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL.  
REFLEXÕES.

**Dora Adriana Gomes Francisco**

ORIENTADORA //

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição  
Marques Freire

CO-ORIENTADORA //

Arq.<sup>a</sup> Pais. Margarida  
Cancela d'Abreu

UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
Escola de Ciências e Tecnologia  
Mestrado em Arquitectura Paisagista  
2017



*Aos meus pais.*



*«We have set ourselves ambitious targets,  
but I am confident that by working together we  
will reach them.»*

ANGEL GURRÍA





## AGRADECIMENTOS

Às minhas orientadoras, pela disponibilidade, apoio e incentivo constantes ao longo deste caminho. À Prof. Conceição Freire, por me ajudar a definir estratégias e objetivos. À Prof. Margarida Cancela d'Abreu, por partilhar a sua experiência e entusiasmo, não só neste trabalho, mas em todos os momentos em que nos cruzámos.

À Universidade de Évora e a todos os professores do curso de Arquitetura Paisagista pela dedicação, proximidade e conhecimento. Em especial à Prof. Rute Sousa Matos pela sua enorme disponibilidade e amizade e ao Prof. Pedro Batalha pelos «abanões à consciência» e pela sua forma de ensinar.

Aos colegas que se tornaram amigos, à Goitas, à Catarina, à Patrícia, à Leninha, à Marta, ao Luís e em especial ao Miguel pelos valores que deixou em mim e ao Filipe, Rita e Piri pela amizade sólida que resistiu ao “quarto”.

Ao João que me deu o apoio e energia que eu precisava. Por estar sempre perto mesmo longe, pela compreensão, por me fazer sorrir todos os dias e por ser um dos melhores lugares do mundo.

À minha maninha, por me apoiar em todas as minhas decisões, pela amizade, pela preocupação, pelo carinho e valores humanos. Ao Martin por me ter tornado a tia mais babada de sempre.

Aos meus pais, por serem o meu maior exemplo e orgulho. Por acreditarem em mim, por me deixarem voar, por me ampararem nas quedas e ajudarem a levantar e a voar de novo.



## RESUMO

PARA A CONVERSÃO DE  
EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS  
NÃO-SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL.  
REFLEXÕES.

O estado evolutivo dos Empreendimentos Turísticos em Portugal anuncia silenciosamente a insustentabilidade económica, ambiental e ecológica de vastas áreas do país. São empreendimentos, de diferentes gerações, que foram sendo implementados no território nacional e que apesar da atual realidade económica e da crescente preocupação do ordenamento do território, continuam a crescer e a ser aprovados indiscriminadamente. Baseada nas preocupações atuais, a reflexão incide nos empreendimentos classificados em Lei como «Conjuntos Turísticos-Resorts» e pretende contribuir para a consciencialização dos novos paradigmas do turismo, numa procura pelo desenvolvimento sustentável.



### PALAVRAS - CHAVE

Turismo, Desenvolvimento Sustentável,  
Conjuntos Turísticos, São Lourenço do  
Barrocal, Tróia Resort.



## ABSTRACT

FOR THE CONVERSION OF  
NON-SUSTAINABLE TOURISTIC  
DEVELOPMENTS IN PORTUGAL.  
REFLECTIONS.

The evolutionary state of the Touristic Developments in Portugal silently announces the economic, environmental and ecological unsustainability of large areas in the country. These projects, from different generations, are being implemented in the national territory and despite the current economic situation and the growing landscape management awareness, continue to grow and be approved indiscriminately. Based on the current concerns, the reflection focus on the projects classified by law as «Conjuntos Turísticos -Resorts» and intends to contribute to an awareness of the new paradigms of tourism, in the search for sustainable development.



### KEYWORDS

Tourism, Sustainable Development,  
Resorts, São Lourenço do Barrocal, Tróia  
Resort.



# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS -----	VII
RESUMO -----	IX
ABSTRACT -----	XI
ÍNDICE -----	XIII
ÍNDICE DE FIGURAS -----	XV
ACRÓNIMOS -----	XVI
INTRODUÇÃO -----	1
1. OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM PORTUGAL // CONTEXTO-----	7
1.1. DO TURISMO -----	7
1.1.1. A Evolução do Viajar-----	7
1.1.2. Definição Conceptual de Turismo e Visitante-----	9
1.1.3. As Políticas de Administração do Turismo e do Território-----	10
1.1.4. O Empreendimento Turístico-----	13
1.1.4.1. Definição Conceptual de Empreendimento Turístico e Conjunto Turístico (Resort) -----	13
1.1.4.2. Instalação de Empreendimento Turísticos -----	13
1.2. DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DA PAISAGEM-----	17
1.2.1. O Ambiente e o Ordenamento do Território-----	17
1.2.2. Instrumentos de Proteção e Conservação dos Valores Naturais e Culturais-----	18
1.2.2.1. Rede Natura 2000 -----	18
1.2.2.2. Rede Nacional de Áreas Protegidas -----	18
1.2.2.3. Reserva Ecológica Nacional -----	19
1.2.2.4. Reserva Agrícola Nacional -----	20
1.2.2.5. Domínio Público Hídrico -----	20
1.2.2.6. Planos de Gestão de Região Hidrográfica -----	20
1.2.2.7. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território--	21
1.2.2.8. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo-----	21
1.2.2.9. Projetos de Potencial Interesse Nacional -----	22
1.3. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -----	23
1.3.1. Conceito de Desenvolvimento Sustentável-----	23
1.3.2. Crescimento Verde, um conceito atual-----	25
1.3.2.1. Estratégia de Crescimento Verde -----	25

2. CASOS DE ESTUDO//SÃO LOURENÇO DO BARROCAL E TRÓIA RESORT -----	31
2.1. ENQUADRAMENTO DOS CASOS DE ESTUDO -----	31
2.2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO -----	33
2.3. CONJUNTO TURÍSTICO DE SÃO LOURENÇO DO BARROCAL -----	36
2.3.1. Enquadramento -----	36
2.3.2. Caracterização da Paisagem-----	40
2.3.2.1. Síntese Fisiográfica -----	40
2.3.2.2. Solo -----	44
2.3.2.3. Humanização -----	45
2.3.2.4. Valores Bióticos-Fauna e Flora -----	49
2.3.3. Relação com os Instrumentos de Gestão do Território -----	50
2.3.4. Sustentabilidade do Empreendimento Turístico: Apreciação Global --	50
2.4. CONJUNTO TURÍSTICO TRÓIA RESORT -----	59
2.4.1. Enquadramento -----	59
2.4.2. Caracterização da Paisagem-----	61
2.4.2.1. Síntese Fisiográfica -----	61
2.4.2.2. Solo -----	65
2.4.2.3. Humanização -----	65
2.4.2.4. Valores Bióticos -----	68
2.4.3. Relação com os Instrumentos de Gestão do Território -----	69
2.4.4. Sustentabilidade do CT Tróia Resort: Apreciação Global -----	70
3. REFLEXÃO CONCLUSIVA//PARA A CONVERSÃO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NÃO-SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL -----	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	81
ANEXO 1 -----	87
ANEXO 2 -----	89
ANEXO 3 -----	91



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 // Chegadas mundiais de turistas internacionais por região nos anos 1950 e 2010. (Fonte: Elaboração própria com dados da UNWTO) -----	8
Figura 2 // Entrada de turistas estrangeiros em Portugal entre os anos 1967 e 2015, com indicação dos retrocessos (a,b,c e d). (Fonte: Elaboração própria com dados da PORDATA disponíveis em <a href="http://goo.gl/XSH4hQ">http:// goo.gl/XSH4hQ</a> , acedido em outubro de 2016)-----	9
Figura 3 // Esquema simplificado do processo de «Pedido de Informação Prévia». (Fonte: Elaboração própria)-----	14
Figura 4 // Esquema simplificado do processo de «Pedido de Licenciamento ou Comunicação Prévia». (Fonte: Elaboração própria) -----	15
Figura 5 // Esquema simplificado do processo de «Autorização de Utilização para fins Turísticos». (Fonte: Elaboração própria) -----	16
Figura 6 // Diagrama de Venn expressando a complementariedade e interdependência entre os três pilares do desenvolvimento sustentável. -----	24
Figura 7 // Infográfico desenvolvido no âmbito do documento estratégico de Portugal Compromisso para o Crescimento Verde. (Fonte: Adaptado de infográfico disponível em <a href="http://goo.gl/lqgS63">http://goo.gl/lqgS63</a> , acedido a dezembro de 2016) -----	27
Figura 8 // Enquadramento da Região Alentejo (NUTII) no território nacional e sub-regiões (NUTSIII) da Região Alentejo. -----	32
Figura 9 // Vista sobre a paisagem envolvente à vila de Monsaraz. (Fonte: Arquivo pessoal, fotografia de Filipe Pedro)-----	33
Figura 10 // Praia do Brejo Largo, em Odemira. (Fonte: <a href="http://bonsrapazes.com/2015/08/3-semanas-3-destinos-costa-vicentina/">http://bonsrapazes.com/2015/08/3-semanas-3-destinos-costa-vicentina/</a> , acedido em dezembro de 2016)-----	33
Figura 11 // Superfície das unidade territoriais por localização geográfica em 2013 (NUT II) e População residente por Local de residência (à data dos Censos 2011). (Fonte:Elaboração própria)-----	34
Figura 12 // Equandramento geográfico da Herdade do Barrocal no território nacional. (Fonte: Elaboração prórpria com imagem do Google Earth) -----	36
Figura 13 // Mapa gráfico do PPHB inicial, com a delimitação das unidades de alojamento/moradias turísticas, distribuídas pelas cinco zonas de execução (Núcleos) e localização do Hotel (1), Centro Comunitário (2), Monte (3), Parque Agrícola (4) e Parque Náutico (5). (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB)-----	37
Figura 14 // Primeira fase do projeto, com a delimitação das 25 unidades de alojamento distribuídas pelo Núcleo de Arrifes e Pinheiro e a localização do Conjunto Turístico (1). (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB) -----	39
Figura 15 // Vista aérea do Conjunto Turístico de São Lourenço do Barrocal - Monte do Barrocal recuperado pelo Arquiteto Eduardo Souto de Moura. (Fonte: <a href="https://goo.gl/hVH6YX">https://goo.gl/hVH6YX</a> , acedido a maio de 2016) -----	39
Figura 16 // Carta de Síntese Fisiográfica da área em estudo, que abrange, na sua maioria, o concelho de Reguengos de Monsaraz. (Fonte: Elaboração própria com cartografia cedida pela CM de Reguengos de Monsaraz -----	41

- Figura 17 // Síntese Fisiográfica da Herdade do Barrocal. (Fonte: Elaboração própria com cartografia cedida pela CM Reguengos de Monsaraz) ----- 42
- Figura 18 // Relação do conjunto das Serras das Pedras, Motrinos e Barradas com a Herdade do Barrocal. Fotografia tirada a partir do ponto de visualização nº1 assinalado na figura 17. (Fonte: <http://www.barrocal.pt/pt/vinho/>, acedido em maio de 2016) ----- 43
- Figura 19 // Relação do promontório da vila de Monsaraz com a Herdade do Barrocal. Fotografia tirada a partir do ponto de visualização nº2 assinalado na figura 17. (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2007\\_05\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2007_05_01_archive.html), acedido em maio de 2016) ----- 43
- Figura 20 // Relação da albufeira do Alqueva com a Herdade do Barrocal. Fotografia tirada a partir do ponto de visualização nº3 assinalado na figura 17. (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2007\\_05\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2007_05_01_archive.html), acedido em maio de 2016) ----- 43
- Figura 21 // Carta de Capacidade do Uso do Solo da Herdade do Barrocal. (Fonte: Elaboração própria com cartografia cedida pela CM de Reguengos de Monsaraz) ----- 44
- Figura 22 // Menir do Barrocal com a vila de Monsaraz ao fundo. (Fonte: [goo.gl/KsrX56](http://goo.gl/KsrX56), acedido em novembro de 2016) ----- 45
- Figura 23 // Síntese de Humanização da Herdade do Barrocal. (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB) ----- 46
- Figura 24 // Vista área sobre a Herdade do Barrocal. Destaque para a Barragem Romana, a Barragem no Vale das Lameiras e a relação com a estrada M514. (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2008\\_02\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2008_02_01_archive.html), acedido a maio de 2016) ----- 48
- Figura 25 // Vista área sobre a Herdade do Barrocal. Destaque para o Menir do Barrocal, o Monte, a horta medieval e a pedreira. (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2007\\_05\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2007_05_01_archive.html), acedido a maio de 2016) ----- 48
- Figura 26 // Vista área sobre a Herdade do Barrocal. Destaque para a pedreira e para o olival (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2008\\_02\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2008_02_01_archive.html), acedido a maio de 2016) ----- 48
- Figura 27 // Áreas da Herdade do Barrocal condicionadas pela Reserva Agrícola Nacional. (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB) ----- 50
- Figura 28 // Áreas da Herdade do Barrocal condicionadas pela Reserva Ecológica Nacional. (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB) ----- 50
- Figura 29 // «Rua do Monte» e edifícios do Monte em 2014. (Fonte: Arquivo pessoal) 52
- Figura 30 // «Rua do Monte» e edifícios do Conjunto Turístico na atualidade. (Fonte: <http://www.simplicitylove.com/2013/12/sao-lourenco-do-barrocal-portugal.html>, acedido a outubro de 2016) ----- 52
- Figura 31 // Imagem 3D da “Casa Pawson” desenhada pelo arquiteto John Pawson. (Fonte: <http://www.simplicitylove.com/2013/12/sao-lourenco-do-barrocal-portugal.html>, acedido a outubro de 2016) ----- 52

- Figura 32 // Enquadramento geográfico da Península de Tróia. (Fonte: Adaptado de fotografia aérea do Google Earth, acedida em dezembro de 2017)----- 59
- Figura 33 // Unidades Operacionais (UNOP) previstas no Plano de Urbanização de Tróia. UNOP's do Tróia Resort destacadas a vermelho - UNOP 1,2,3,4. (Fonte: Adaptado do PUT) ----- 60
- Figura 34 // Imagem aérea do Tróia Resort com a delimitação das Unidades Operacionais (UNOP) previstas no Plano de Urbanização de Tróia. (Fonte: <http://https://goo.gl/rjWQTn>, acedido a dezembro de 2017) ----- 60
- Figura 35 // Carta de Síntese Fisiográfica da área em estudo, que abrange, na sua maioria, os concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Setúbal. (Fonte:Elaboração própria) ----- 62
- Figura 36 // Vista sobre a Península de Tróia a partir da Serra da Arrábida. (Fonte: <https://imagens.publicocdn.com/imagens.aspx/1095211?tp=UH&db=IMAGENS>, acedido a dezembro de 2016)----- 63
- Figura 37 // Relação da Serra da Arrábida e do Estuário do Sado com a Península de Tróia. (Fonte: <http://www.pestana.com/pt/hotel/pestana-troia>, acedido a novembro de 2016) ----- 64
- Figura 38 // Relação entre a Península de Tróia e a Serra da Arrábida.. Foto tirada a partir do Estuário do Sado. (Fonte: <http://www.pestanatroia.com/wp-content/uploads/2015/06/troia-resort.jpg>, acedido a novembro de 2016)----- 64
- Figura 39 // Vista sobre a Península de Tróia. (Fonte: <http://www.pestanatroia.com/wp-content/uploads/2015/06/troia-resort.jpg>, acedido a novembro de 2016)----- 64
- Figura 40 // Vista aérea da Península de Tróia com o empreendimento da Torralta. (Fonte: <http://tripalma.blogspot.pt/2014/10/has-oido-hablar-de-troia.html?sref=pi>, acedido em novembro de 2016)----- 66
- Figura 41 // Vista aérea da Península de Tróia com o Troia Resort. (Fonte: [http://3.bp.blogspot.com/eobjpOCNMq4/TjatSInmdeI/AAAAAAAAAw/\\_L1CsBbB9Kg/s1600/peninsula\\_troia.jpg](http://3.bp.blogspot.com/eobjpOCNMq4/TjatSInmdeI/AAAAAAAAAw/_L1CsBbB9Kg/s1600/peninsula_troia.jpg), acedido a novembro de 2016) ----- 66
- Figura 42 // Vista sobre a Península de Tróia, com a localização das ruínas romanas e dos empreendimentos turísticos implantados na península. (Fonte: <https://goo.gl/maps/19xwigibQMK2>, acedido em novembro de 2016)----- 67
- Figura 43 // Área próxima à Península de Tróia protegida pela Reserva Natural do Estuário do Sado e da Reserva Botânica das Dunas de Tróia. (Fonte: elaboração própria com dados disponibilizados pelo ICNF) ----- 69
- Figura 44 // Área próxima à Península de Tróia abrangida pela Diretiva de Aves , Diretiva de Habitats e “ocorrência mais frequente” de roazes. ----- 69

## ACRÓNIMOS

AP // Áreas Protegidas

APP // Áreas Protegidas Privadas

CCV // Compromisso para o Crescimento Verde

CT// Conjunto Turístico

DPH // Domínio Público Hídrico

DQA // Directiva Quadro da Água

INE // Instituto Nacional de Estatística, I.P.

LA // Lei da Água

NUTS // Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OMT // Organização Mundial do Turismo

OCDE // Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PENT // Plano Estratégico Nacional de Turismo

PDM // Plano Diretor Municipal

PDT// Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo

PGRH // Plano de Gestão de Região Hidrográfica

PIB // Produto Interno Bruto

PIN// Projetos de Interesse Nacional

PNA// Plano Nacional da Água

PNPOT // Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNT // Plano Nacional do Turismo

PNUMA// Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POOC // Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PPHB// Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal

PROT // Plano Regional de Ordenamento do Território

PROTA // Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

PROTAML // Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

PRTA // Plano Regional de Turismo do Algarve

RAN // Reserva Agrícola Nacional

REN // Reserva Ecológica Nacional

RNAP // Rede Nacional de Áreas Protegidas

RN2000 // Rede Natura 2000

UNWTO // World Tourism Organization

ZEC // Zonas Especiais de Conservação

ZPE // Zonas de Proteção Especial



## INTRODUÇÃO

O incumprimento, o desrespeito e as lacunas nas políticas ambientais são problemas que os técnicos cuja ação se centra na construção ou transformação da paisagem enfrentam muito frequentemente. Entre os técnicos envolvidos nesses domínios, o arquiteto paisagista desempenha um papel muito importante, quer pelo conhecimento interdisciplinar quer pela sua sensibilidade atenta sobre os problemas da paisagem. Um dos problemas que motivou o desenvolvimento deste trabalho, foi a progressiva descaraterização do território pela instalação de empreendimentos turísticos em zonas ecologicamente sensíveis ou sem qualquer relação com a paisagem, colocando em causa a sua identidade. Numa procura pelo entendimento de quais as causas por detrás deste problema, o trabalho desenvolve-se a partir da relação turismo-paisagem.

### TURISMO, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO CONCEITOS BASILARES

A intervenção pública no turismo em Portugal é iniciada oficialmente em 1911 com a criação da Repartição do Turismo, mas é a partir de 1964 que se dá o seu verdadeiro desenvolvimento, ultrapassando pela primeira vez o milhão de entradas de

estrangeiros no país (Cunha, 2006). A localização geográfica, a aposta no produto «Sol e Mar» e o grau de competitividade em termos de preço, fazem de Portugal um bom destino. Para tentar dar resposta ao crescimento da procura externa, começam a ser construídos, descontroladamente, os Empreendimentos Turísticos, dando prioridade às zonas turísticas mais procuradas: Algarve, Lisboa e Madeira. Em consequência deste processo e a partir de 1974 (pós-25 de Abril), Portugal enfrenta graves problemas de ordenamento do território e incumprimento legislativo, dando-se a primeira grande crise no setor do turismo. O turismo passa a ser anunciado como uma atividade privada e prioritária, e sob tutela do estado, é criado um organismo para gerir as empresas turísticas (Abranja, 2005). No domínio do turismo, as orientações atuais estão presentes no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), elaborado para o horizonte 2013-2015. No PENT são apresentadas metas definidas segundo a tendência, que decorre exclusivamente do comportamento das variáveis macroeconómicas dos mercados emissores e também segundo a melhoria do desempenho e ocupação dos empreendimentos (PCM, 2013). O PENT tem em conta a instabilidade económica do país, as alterações da procura por parte dos turistas, a célere evolução das

tecnologias de informação e comunicação e ainda a proliferação de novos concorrentes.

Paralelamente, nos últimos 40 anos, criaram-se dinâmicas importantes ao nível do ordenamento do território e da paisagem. Foram criados vários instrumentos de ação e gestão e elaborados diversos planos, como é o caso dos Planos Diretores Municipais (PDM), dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), entre outros e valorizaram-se áreas e redes fundamentais no âmbito da conservação da natureza, de que são exemplificativas a Reserva Ecológica Nacional (REN), a Reserva Agrícola Nacional (RAN), a Rede Natura 2000 (RN2000) e a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

Apesar de as políticas administrativas do turismo, do ordenamento do território e do ambiente estarem a evoluir segundo uma maior preocupação e consciência dos valores paisagísticos, ambientais e ecológicos, observam-se ainda assim significativos problemas ao nível da sua interpretação e aplicação, levando a uma conservação da natureza débil, a uma gestão de espaços exíguos da paisagem e à constante elaboração de novos planos.

Para se conseguir combater estes problemas e implementar empreendimentos turísticos integrados na paisagem, que salvaguardem os valores socioculturais e promovam o crescimento económico, é fundamental que se tenha em conta os princípios do Desenvolvimento Sustentável. Desta forma, será possível responder à procura turística com uma oferta de qualidade, que não comprometa os valores e a identidade da paisagem a curto, médio e longo prazo.

«Não podemos separar a paisagem e tratá-la como uma coisa para o turismo ou como um valor apenas de cenário. [...] A paisagem não é um bilhete-postal ilustrado, não é uma fonte de receita por si própria, representa a identidade cultural do País e a natureza equilibrada de instalação da população.» (Telles, 2004, p.5).

## EMPREENDIMIENTOS TURÍSTICOS, QUE FUTURO?

A reflexão é centrada nos *Conjuntos Turísticos (Resorts)*<sup>1</sup> uma tipologia de empreendimentos turísticos crescente em Portugal, instalados, na sua maioria, em áreas que apresentam valores paisagísticos, ambientais e ecológicos de grande interesse e que servem, na maior parte dos casos, como mero cenário para alavancar a propaganda

---

<sup>1</sup>Tipologia de Empreendimentos Turísticos definidas no Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro.



turística, colocando em causa a conservação destes valores e o desenvolvimento sustentável do país. A maior parte destes empreendimentos turísticos têm em comum o percurso (desde que são propostos até que são aprovados), constituindo um enredo que tem como protagonistas a política, o turismo e os interesses económicos. Promovidos por entidades que têm como objetivo um retorno económico de curto prazo, os empreendimentos turísticos seguem normalmente um modelo de turismo massificado e apresentam justificações económicas que se sobrepõem muitas vezes aos valores da paisagem.

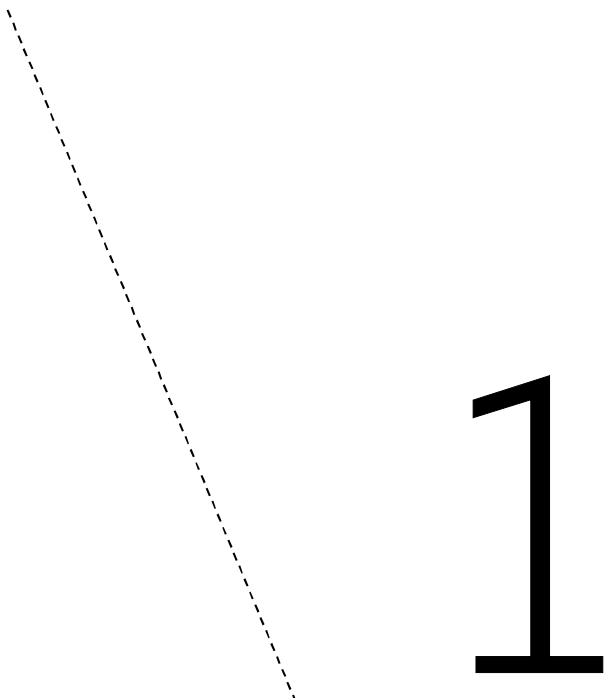
Atualmente estamos a sofrer as consequências dos erros dos últimos 50 anos e, embora comecem a surgir empreendimentos bem integrados na paisagem (com promotores conscientes das dinâmicas ambientais, económicas e sociais), ainda há um longo percurso a percorrer para atingir a sua sustentabilidade.

A dissertação encontra-se dividida em três momentos. No primeiro contextualiza-se o tema do turismo em Portugal e o desenvolvimento dos empreendimentos turísticos e apresenta-se a evolução das políticas do turismo, do ordenamento do território e do ambiente, enquanto temáticas intimamente relacionadas com os empreendimentos turísticos. Num segundo

é feita a caracterização de dois casos de estudo, nomeadamente São Lourenço do Barrocal e Tróia Resort, que foram selecionados segundo a sua tipologia e localização – Conjuntos Turísticos e Região Alentejo respetivamente e por apresentarem um modelo de exploração turística bastante distinto entre eles. São ainda apresentadas as principais consequências, positivas e negativas de cada um destes casos de estudo, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável. Por último é apresentada uma reflexão comparativa dos casos de estudo, denunciando algumas práticas que colocam em causa a identidade da paisagem, deixando um mote para a conversão dos empreendimentos turísticos não sustentáveis.



OS EMPREENDIMENTOS  
TURÍSTICOS EM PORTUGAL  
// CONTEXTO



1



# 1. OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM PORTUGAL // CONTEXTO

## 1.1. DO TURISMO

O turismo apresenta-se como uma atividade geradora de benefícios, sendo atualmente considerado pela Organização Mundial de Turismo (OMT/UNWTO) um dos maiores motores globais de desenvolvimento (UNWTO, 2004). A administração do turismo pode influenciar exponencialmente o desenvolvimento económico de uma determinada região – um adequado planeamento gerará economia e demais benefícios, enquanto o seu contrário terá repercussões fortemente negativas a nível económico, social e ambiental. Acontece que nos últimos anos, o crescimento acelerado da procura turística fez com que a oferta fosse também ela descontrolada, com uma débil aplicação dos planos e gestão territorial o que levou a graves desequilíbrios na paisagem.

Para que o turismo possa contribuir de forma positiva para o desenvolvimento de uma determinada região ou país e as pressões humanas sobre o ambiente sejam diminuídas é fundamental que exista um suporte

legislativo coerente e adaptado às realidades locais. É esta é aliás, uma ideia muito presente nas políticas contemporâneas - pensar global, atuar local.

### 1.1.1. A Evolução do Viajar

O viajar é um comportamento do Homem sedentário cada vez mais frequente e que apresenta uma evolução milenar baseada nas condições económicas, sociais, culturais e políticas. A grande expansão do turismo começa após a Revolução Industrial, uma transição que levou ao aumento do tempo livre, à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento dos meios de transporte. Estes fatores contribuíram para que o turismo se desenvolvesse e ganhasse progressivamente importância enquanto atividade económica.

Com exceção do retrocesso consequente da I e II Guerra Mundial, a atividade turística tem crescido exponencialmente desde 1950. Segundo os dados apresentados pela

Organização Mundial de Turismo (OMT/UNWTO), em 1950 a chegada de turistas internacionais, a nível mundial, foi apenas de 25 milhões, enquanto em 2010 os valores rondam os 950 milhões. Através destes números consegue-se perceber a evolução do turismo nos últimos 50 anos e analisando as chegadas de turistas internacionais por território conclui-se que a Europa detém o maior número de entradas desde 1950 (Fig.1).

O início dos anos 50 é marcado pelas ofertas de uma nova modalidade de turismo associado à bacia do Mediterrâneo e que vêm substituir as ofertas nas praias do Norte da Europa. As ofertas nas ilhas mediterrâneas garantem alojamento em tenda, alimentação e animação e é a partir deste sistema de «tudo incluído» que nascem os primeiros «Pacotes de Viagem» e se intensifica o turismo de massas. O Mediterrâneo tenta dar resposta à crescente procura de «sol e mar» e as grandes áreas turísticas desenvolvem-se nas proximidades dos principais aeroportos onde os turistas chegam em massa. Portugal é exemplo disso quando passa a integrar os países da bacia do mediterrâneo, em consequência da construção do aeroporto de Faro no Algarve em 1962.

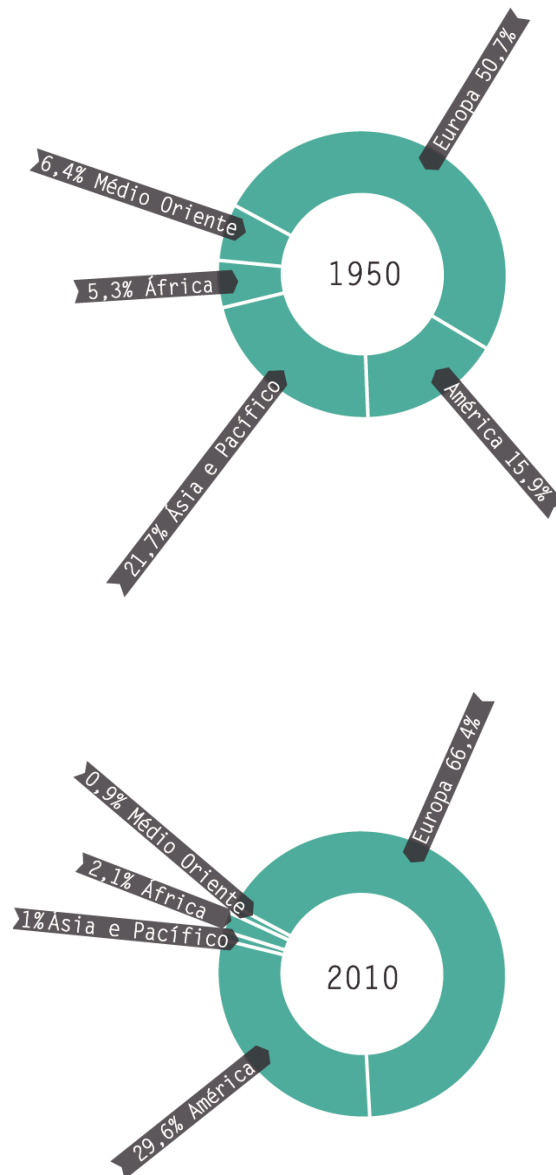


Figura 1 // Chegadas mundiais de turistas internacionais por território nos anos 1950 e 2010. (Fonte: Elaboração própria com dados da UNWTO)

Os Pacotes de Viagem são uma aposta que rapidamente se adapta às novas exigências da procura e à situação económica sendo facilmente negociáveis com as entidades que gerem os núcleos turísticos. Este modelo conduz a uma nova dimensão - a crescente necessidade de promoção e exploração dos empreendimentos turísticos enquanto equipamento fundamental na estada do turista. Os acordos entre as agências promotoras e as empresas exploradoras garantem assim que os empreendimentos turísticos tenham anualmente uma boa taxa de ocupação.

É no início dos anos 60, quando o fenómeno do turismo está em pleno crescimento a nível mundial, que Portugal começa a apostar ativamente neste sector, centrando-se sobretudo no produto «Sol e Mar». O crescimento do turismo em Portugal é proporcional ao número de entrada de turistas estrangeiros no país, apresentando um crescimento significativo a partir de 1967, com exceção de alguns retrocessos (Fig.2): (a) entre os anos de 1974 e 1976 resultante do acontecimento político-social do «25 de Abril»; (b) entre 1992 e 1993, o qual Cunha (1997) atribui à excessiva exploração do produto “Sol e Mar” e ao aumento da

competitividade por parte de outros países que oferecem o mesmo tipo de produto; (c) a entrada em vigor do euro a par com os ataques do «11 de Setembro de Nova Iorque» poderão ser a justificação para o retrocesso entre 2002 e 2003 (Daniel, 2010); (d) em 2009 a Grande Recessão<sup>2</sup>, que teve repercussões económicas a nível mundial, terá sido o principal fator de retrocesso. Em 2016, e segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>3</sup>, Portugal apresentou ao longo dos meses um crescimento significativo no nº de hóspedes e nas dormidas, mantendo o seu desempenho próximo do comportamento da procura europeia e mundial.

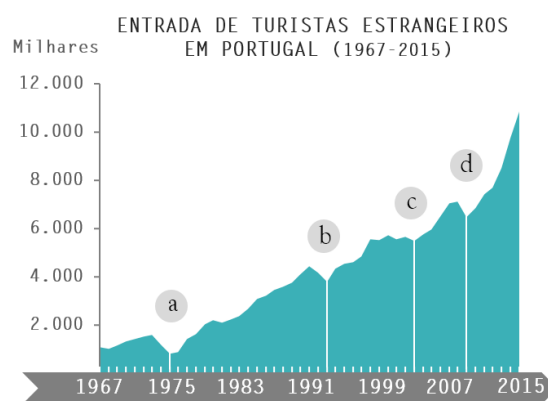


Figura 2 // Entrada de turistas estrangeiros em Portugal entre os anos 1967 e 2015, com indicação dos retrocessos (a,b,c e d). (Fonte: Elaboração própria com dados da PORDATA disponíveis em <http://goo.gl/XSH4hQ>, acessido em outubro de 2016)

<sup>2</sup>A Grande Recessão marca um período de declínio económico a nível mundial entre 2000 e 2010, com maiores repercussões a partir de 2007, quando se deu colapso do mercado imobiliário dos Estados Unidos.

<sup>3</sup>Comunicados mensais do INE à comunicação social disponíveis para consulta em <https://goo.gl/xjKLsl>, acessido em outubro de 2016.

### 1.1.2. Definição Conceptual de Turismo e Visitante

Atualmente as definições conceptuais que vigoram para a área do Turismo, são as estabelecidas pela OMT/UNWTO, sendo que o conceito «visitante» está na base de todo o sistema de turismo. O turismo aparece assim como atividade desenvolvida pelos visitantes, que de acordo com o tempo de permanência são divididos conceptualmente em «turista», como «o visitante que cuja estadia é pelo menos de uma noite num alojamento coletivo ou privado no local visitado.» e «excursionista», o visitante do dia «que não passa uma noite num alojamento coletivo ou privado no local visitado». (UNWTO, 2010). A OMT/UNWTO (2015) define visitante como:

.....  
 qualquer pessoa que viaja para um local que não seja do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal propósito da viagem é outro que não o de exercer uma atividade remunerada no local visitado. (p.19)

### 1.1.3. As Políticas de Administração do Turismo e do Território

A intervenção pública no turismo é iniciada oficialmente em 1911 com a criação da Repartição do Turismo, tutelada pelo então Ministério do Fomento. Cerca de vinte anos

depois, em 1933, é criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SAP) que reconhece o papel da propaganda nos Estados modernos e desenvolve ações, nacionais e internacionais, no sentido de regulamentar e dar a conhecer as atividades do Estado e da Nação Portuguesa.

Em 1944, dada a aproximação do final da Segunda Grande Guerra, o governo procura assumir uma posição mais afastada dos ideais dos regimes autoritário alemão e italiano e promove a reforma do SPN. (Cotrim, 2010). O SPN passa a designar-se Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular e concentra os Serviços de Imprensa, a Inspeção dos Espetáculos, os Serviços de Exposições Nacionais, os Serviços de Radiodifusão e os Serviços do Turismo, por se considerar um «instrumento privilegiado de promoção e propaganda do regime». (Associação do Amigos da Torre do Tombo, 2016). Em 1968, uma nova reforma viria a alterar o nome para Secretariado de Estado da Informação e do Turismo. (Cotrim, 2010). Em consequência desta redefinição e da constituição do Conselho Nacional de Turismo em 1956, são criadas as Comissões Municipais de Turismo, as Juntas de Turismo, as Comissões Regionais de Turismo e o Fundo de Turismo. Em 1960 o Secretariado Nacional de Informação subdivide-se em duas Direções – Informação



e Turismo e a crescente aposta no turismo leva a que se dê o seu verdadeiro desenvolvimento. Na mesma altura, é aprovado o III Plano de Fomento (1968-1973), que apresenta uma orientação completamente nova em relação aos Planos de Fomento anteriores. Este reconhece a necessidade da internacionalização da economia portuguesa e o desenvolvimento da indústria do turismo, sendo este reconhecido como «motor do desenvolvimento económico». (Caeiro, 2005, p.211).

No fim dos anos 60, a crescente entrada de estrangeiros no território português, leva à necessidade de aumentar a oferta hoteleira e começam a surgir novas tipologias de empreendimentos turísticos que contemplam num só local diversos serviços e atividades. Este modelo começou a expandir-se e a oferta viria a tornar-se excessiva, o que aliado à estratégia de ordenamento do território, leva a que comecem a aparecer os primeiros desequilíbrios estruturais, tais como: problemas de ordenamento do território, destruição dos recursos naturais e degradação do património. (Bernardo, 2013).

Em 1975, numa altura em que o turismo é visto como uma importante atividade económica, o IV Governo Provisório cria a primeira Secretaria de Estado do Turismo e,

no mesmo ano, o VI Governo Provisório declara o turismo como «atividade privada e prioritária» e são criadas entidades gestoras hoteleiras, sob tutela do estado. Em 1986 é aprovado o Plano Nacional de Turismo (PNT) que vigora até 1989 e que vem reafirmar o turismo como atividade de desenvolvimento económico a nível local, contribuindo para a atenuação dos desequilíbrios e assimetrias regionais, assim como para a proteção do património natural e cultural do território nacional. Com o PNT pretende-se apostar na qualidade em vez de quantidade, algo que acaba por não acontecer por parte das entidades promotoras e das autarquias locais, que ignoram as áreas de interesse para o turismo e não elaboram os planos de gestão territorial.

A partir do séc. XX, com o desenvolvimento das tecnologias de informação, a competitividade internacional começa a ser maior, e a nível nacional começa-se a apostar nas potencialidades de cada região, surgindo os primeiros planos regionais de ordenamento do território. Em 1991 é aprovado o Plano Regional de Ordenamento do Algarve (PROTA) e no seu seguimento é decidida a elaboração do Plano Regional de Turismo do Algarve (PRTA) até 1993. O PRTA é aprovado dois anos depois do previsto e não tem consistência para

avançar, pois o seu financiamento, anunciado em 1993 pelo governo de Cavaco Silva, não se verifica.

Em 1998, a Lei n.º 48/98<sup>4</sup> estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e prevê a elaboração de planos sectoriais com incidência territorial da responsabilidade dos diversos sectores da administração central (Lei n.º48/1998), como é o caso do turismo. No entanto só em 2003, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo (PDT), é que são apresentadas diretrizes para a elaboração destes planos sectoriais do turismo com incidência territorial. Neste plano, as medidas dirigidas à dinamização e estruturação da oferta, têm como principais objetivos prioritários: o aumento sustentado da qualidade da oferta turística; a preocupação da correta utilização dos espaços; o tratamento paisagístico da respetiva envolvente; a racionalização e otimização da utilização dos recursos; e a preservação da qualidade ambiental e ecológica. (PCM, 2003). Regendo-se por estas prioridades, o plano prevê a criação de áreas de proteção turística, delimitadas segundo a vocação turística da região. Nas áreas de proteção turística, deve ser dada prioridade à substituição, reconstrução, reabilitação ou

requalificação de estruturas de oferta de alojamento. (PCM, 2003). Com a mudança do Secretário de Estado do Turismo em 2004, as medidas definidas no PDT deixam de ser prioritárias e em 2010 já não se encontram em vigor.

Com a reestruturação da administração central, em 2007, é criado o Turismo de Portugal, I.P., instituto público que passou a integrar as competências da Direcção-Geral do Turismo, da Inspeção-Geral de Jogos, do Instituto de Formação Turística e do Instituto de Turismo de Portugal. Integrado no Ministério da Economia, o Turismo de Portugal, I.P. é a entidade pública central responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, tanto a nível interno como externo.

Atualmente vigora o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) que após revisão foi ajustado para o horizonte 2013-2015<sup>5</sup>. A revisão<sup>6</sup> do PENT tem em consideração a instabilidade económica e financeira da Europa, as alterações estruturais da procura, a célere evolução das tecnologias de informação e comunicação e o aumento da competitividade internacional. (PCM, 2013). A visão estratégica e ambiciosa do PENT pretende

---

<sup>4</sup>Revogada pela Lei n.º31/2014.

<sup>5</sup>Inicialmente, o PENT foi desenvolvido para o horizonte 2006-2015,

<sup>6</sup>Elaborada pelo Turismo de Portugal, I.P.

que Portugal se destaque pelos seus valores sociais, culturais e paisagísticos tornando-se um dos destinos da Europa em maior crescimento. Dos objetivos destaca-se a ambição por um desenvolvimento turístico sustentável, baseado na qualificação e competitividade da oferta.

#### 1.1.4. O Empreendimento Turístico

##### 1.1.4.1. Definição Conceptual de Empreendimento Turístico e Conjunto Turístico (Resort)

Segundo o Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro<sup>7</sup>, que estabelece o regime jurídico dos empreendimentos turísticos, «consideram-se empreendimentos turísticos os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares». Segundo este mesmo regime, os Empreendimentos Turísticos estão classificados em sete diferentes tipologias, nomeadamente: Estabelecimentos Hoteleiros; Aldeamentos Turísticos; Apartamentos Turísticos; Conjuntos Turísticos (Resorts); Empreendimentos de Turismo de Habitação; Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural; e Parques de Campismo e

de Caravanismo. Para o presente trabalho importa referir que Conjuntos Turísticos (Resorts) são:

Empreendimentos turísticos constituídos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas ferroviárias secundárias, linhas de água e faixas de terreno afetas a funções de proteção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas, sujeitos a uma administração comum de serviços partilhados e de equipamentos de utilização comum, que integrem pelo menos [duas tipologias de] empreendimentos turísticos, sendo obrigatoriamente um deles um estabelecimento hoteleiro. (DL n.º15/2014)

##### 1.1.4.2. Instalação de Empreendimento Turísticos

Para a instalação de qualquer tipologia de Empreendimento Turístico é necessário respeitar os requisitos mínimos de instalação e funcionamento definidos em regulamentos próprios. O licenciamento ou autorização dos processos inerentes à instalação do Empreendimento Turístico decorre na Câmara Municipal da sua área de

<sup>7</sup>Segunda alteração ao Decreto -Lei n.º39/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º228/2009, de 14 de setembro.

implantação. No âmbito do regime jurídico da urbanização e edificação, os procedimentos administrativos organizam-se em quatro fases:

#### i) Pedido de Informação Prévia

Consiste num pedido de informação, a título prévio e facultativo, sobre a viabilidade da instalação do empreendimento turístico. Assim sendo, o promotor deverá entregar um requerimento à Câmara Municipal que encaminhará o processo para o Turismo de Portugal e outras entidades<sup>8</sup>, as quais deverão emitir um parecer no prazo de 30 dias. Se o cumprimento do prazo legal não se verificar, o parecer é entendido como favorável. No caso de o parecer ser desfavorável, este é vinculativo. A Câmara Municipal pronuncia-se em definitivo após a receção dos pareceres ou após a data limite para a emissão dos mesmos. Em alternativa, o promotor pode solicitar o parecer diretamente ao Turismo de Portugal e entregá-lo posteriormente na Câmara Municipal (Fig.3).

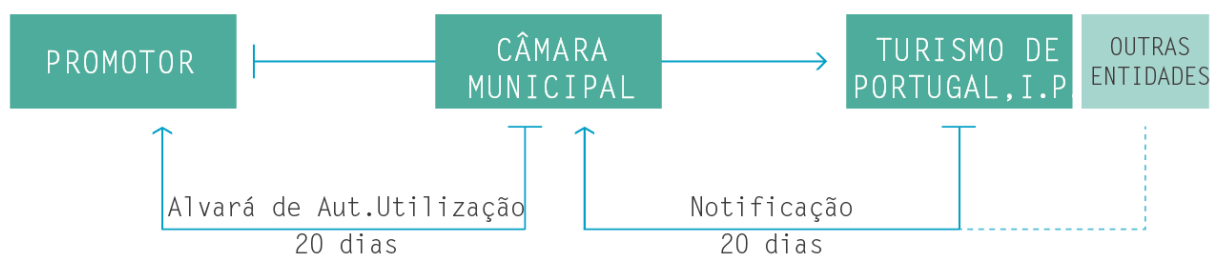


Figura 54 // Esquema simplificado do processo de «Pedido de Informação Prévia». (Fonte: Elaboração própria)

<sup>8</sup>Por exemplo Entidade Regional de Proteção Civil e Autoridade Nacional de Saúde.

## ii) Pedido de Licenciamento ou Comunicação Prévia

É muito semelhante à Informação Prévia, no entanto o pedido é feito no sentido da aprovação do projeto de arquitetura e não apenas da sua viabilidade. Assim sendo, após a receção do parecer do Turismo de Portugal e de outras entidades consultadas, a Câmara Municipal delibera e pronuncia-se sobre a admissão da comunicação prévia. Após esta notificação o promotor tem 1 ano para o pedido do alvará de licença, o qual deve ser emitido pela Câmara Municipal num prazo de 30 dias. Para as tipologias de Parques de Campismo e Caravanismo, Empreendimentos de Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural<sup>9</sup>, juntamente com a emissão do alvará de licença ou a admissão da comunicação prévia, a Câmara Municipal fixa a capacidade máxima e atribui a classificação (Fig.4).

NOTA: na tipologia de Conjuntos Turísticos (Resorts) a entidade promotora pode optar por submeter conjuntamente a licenciamento ou comunicação prévia as operações urbanísticas referentes à instalação da totalidade dos componentes de um Conjunto Turístico, ou, alternativamente, submeter separadamente cada um dos componentes ou distintas fases de instalação.

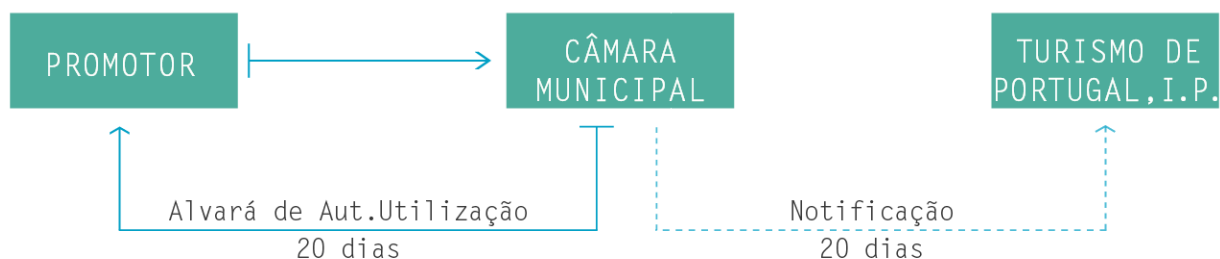


Figura 4 // Esquema simplificado do processo de «Pedido de Licenciamento ou Comunicação Prévia». (Fonte: Elaboração própria)

<sup>9</sup>Com exceção dos Hotéis Rurais.

### iii) Autorização de utilização para fins turísticos

É requerida pelo promotor à Câmara Municipal, após conclusão da obra e reunidas as condições para o funcionamento do empreendimento. O requerimento é entregue com os termos de responsabilidade, que atestam que o empreendimento respeita o projeto aprovado e, se for caso disso, que as alterações introduzidas no projeto se limitam às alterações isentas de licença e que estão em conformidade com as normas legais. Após a entrada do requerimento na Câmara Municipal, esta deverá deliberar sobre o pedido de autorização de utilização para fins turísticos, emitir o alvará no prazo de 20 dias<sup>10</sup> e notificar o requerente e o Turismo de Portugal, I.P. (Fig.5).

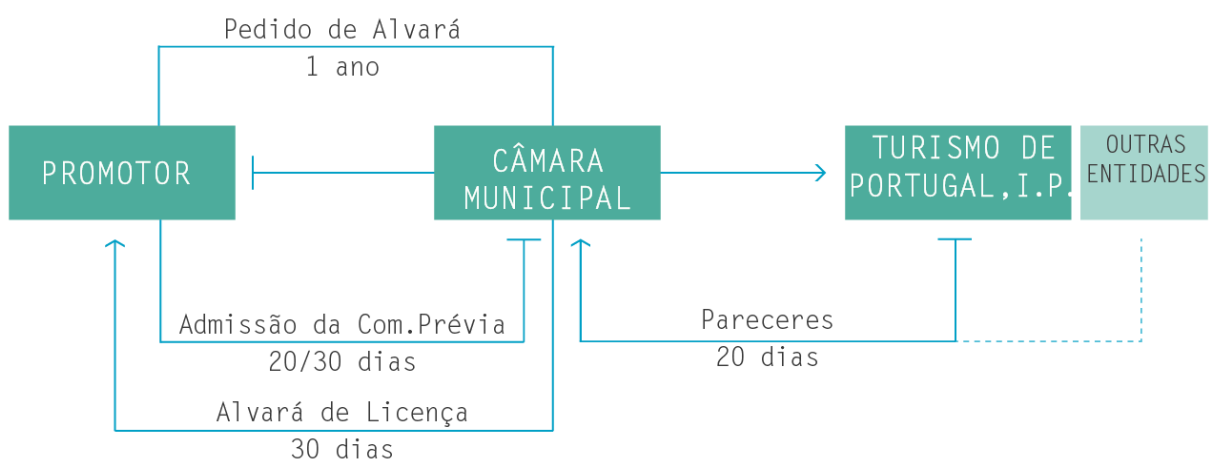


Figura 5 // Esquema simplificado do processo de «Autorização de Utilização para fins Turísticos». (Fonte: Elaboração própria)

<sup>10</sup>Salvo quando exista uma vistoria prevista nos termos da lei.

## 1.2. DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DA PAISAGEM

### 1.2.1. O Ambiente e o Ordenamento do Território

A temática do ambiente e de tudo o que lhe está inerente tem vindo a ganhar importância e destaque ao longo dos últimos 40 anos, sendo que o lugar que tem vindo a ocupar no Governo, desde subsecretaria a ministério, também demonstra o crescente reconhecimento dos valores ambientais. As políticas ambientais e de conservação da natureza adquirem estatuto oficial na Administração Central Portuguesa no primeiro Governo Provisório, em 1974, com a formação da Subsecretaria de Estado do Ambiente, integrada na Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente. Esta mesma subsecretaria cria em 1975 o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico e o Serviço de Estudos do Ambiente.

Em 1981, o ambiente passa a ser integrado no Ministério da Qualidade de Vida, onde Ribeiro Telles ocupa o lugar de ministro e entre 1982 e 1983, são criados os primeiros grandes instrumentos de proteção da natureza, nomeadamente a RAN, REN e é determinada a elaboração de planos

regionais e locais como o PDM e PROT. Em 1987, a Secretaria de Estado do Ambiente no âmbito do então Ministério do Planeamento e Administração do Território, elabora a Lei de Bases do Ambiente. Esta lei, revista em 2014, vem afirmar os «direitos ambientais através da promoção do desenvolvimento sustentável» assegurando «o bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos.» (Lei nº19/2014) Na Lei Bases do Ambiente, são ainda descritas as ações que se consideram prejudiciais ao ambiente natural e ao ambiente humano e são apresentados os instrumentos políticos e de ordenamento do território para colmatar os problemas.

Como medida de proteção e valorização dos recursos hídricos e todos os sistemas a eles associados, é regulamentada em 1993 a elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e em 1994 surgem os Planos de Bacia dos principais rios nacionais e internacionais e o Plano Nacional da Água (PNA), que define a «estratégia nacional para a gestão integrada da água». Em 1997 forma-se o Ministério do Ambiente e um ano depois é aprovada a Lei de Bases de

Ordenamento do Território e Urbanismo. Esta lei vem fomentar a elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), previstos em 1983, assim como o Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT) promulgado em 2007. O primeiro PROT, correspondente à Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML) é aprovado em 2002. Em 2008 é aprovado o Plano Sectorial da Rede Natura2000, previsto em 1999 na transposição para o direito interno das Diretivas Aves e Habitats.

Em 2011 o Ambiente passa a ser tutelado pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que apresenta alterações à legislação da REN. Com a mudança de Governo, em 2015, o Ambiente passa a ser tutelado pelo Ministério do Ambiente.

### 1.2.2. Instrumentos de Proteção e Conservação dos Valores Naturais e Culturais

#### 1.2.2.1. Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 (RN2000) é uma rede ecológica aplicada no território da União Europeia e tem como objetivo assegurar a conservação das espécies e habitats a longo prazo. Representa o principal instrumento do território europeu dos Estados-membros

e resulta da aplicação da Diretiva n.º 79/409/CEE<sup>11</sup> (Diretiva Aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE (Diretiva Habitats). Para a aplicação eficaz da RN2000 no território nacional, procedeu-se à implementação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), que visa salvaguardar e valorizar as Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e as Zonas de Proteção Especial (ZPE) do território continental, assim como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas zonas.

#### 1.2.2.2. Rede Nacional de Áreas Protegidas

Segundo o Decreto-Lei n.º142/2008, de 24 de julho, a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída:

-----  
 pelas áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, [...] uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de se degradar. (DL n.º142/2008).

<sup>11</sup>Revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro.



A classificação de uma determinada área como «Protegida» tem como objetivo a proteção e manutenção dos ecossistemas, da biodiversidade e do património geológico, bem como a valorização da paisagem. O regulamento da RNAP define ainda cinco tipologias de Áreas Protegidas (AP), a saber: Parque Nacional; Parque Natural; Reserva Natural; Paisagem Protegida; e Monumento Natural. (DL n.º 142/2008).

As AP de âmbito regional ou local podem adotar qualquer uma das tipologias<sup>12</sup>, devendo ser acompanhadas da designação «regional» ou «local», consoante os casos<sup>13</sup>. Também é prevista a possibilidade de criação de AP de âmbito privado (APP), através de candidatura por parte do proprietário interessado.

#### 1.2.2.3. Reserva Ecológica Nacional

Criada em 1983, pelo Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho, a Reserva Ecológica Nacional (REN) sofreu recentemente alterações, no entanto, aquilo que a REN representa e protege mantém-se. Segundo o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e

republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, a REN define-se como:

-----  
 uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial. [...] é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as acções compatíveis com os objectivos desse regime nos vários tipos de áreas. (DL n.º 239/2012)

As recentes alterações do regime REN preveem uma maior responsabilização dos particulares, eliminando a figura da «autorização» enquanto principal modalidade de controlo prévio da Administração Pública quanto a usos e acções compatíveis com a REN. Aposta-se assim num modelo de fiscalização e controlo sucessivos pelas entidades públicas competentes.

<sup>12</sup>Excepto a tipologia de «Parque Nacional». No território nacional a única AP que beneficia deste estatuto é o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

<sup>13</sup>«Regional» quando é envolvido mais do que um Município e «Local» quando se trata apenas de um.

#### 1.2.2.4. Reserva Agrícola Nacional

Segundo o Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro<sup>14</sup> a Reserva Agrícola Nacional (RAN) define-se como:

-----  
O conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a actividade agrícola. [...] é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas [...] nos vários tipos de terras e solos. (DL n.º 73/2009)

A Reserva Agrícola Nacional é o primeiro instrumento utilizado a nível local para condicionar a edificação urbana e os empreendimentos turísticos, apesar do regime da RAN prever a autorização de construções dentro dos limites ou dos perímetros urbanos definidos pelos Planos Diretores Municipais. A RAN define objetivos com fortes preocupações ambientais, sociais, ecológicas e económicas e, a ser utilizada de forma coesa e correta, é um instrumento de extrema importância na gestão e preservação do território nacional a todos os níveis.

#### 1.2.2.5. Domínio Público Hídrico

Segundo a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, o Domínio Público Hídrico (DPH) compreende o domínio público marítimo, o domínio público lacustre e fluvial e o domínio público das restantes águas e pode pertencer ao Estado, às Regiões Autónomas e aos municípios e freguesias. A mesma legislação tem em consideração a dinâmica dos sistemas hídricos e apresenta as noções base, tais como a noção de «leito» e «margem».

#### 1.2.2.6. Planos de Gestão de Região Hidrográfica

No domínio da política da água é estabelecida em 2000, a nível Europeu, a Diretiva Quadro da Água (DQA)<sup>15</sup>, que vigora no território português como Lei da Água (LA)<sup>16</sup>. A LA estipula como objetivos ambientais, o bom estado ou o bom potencial das massas de água, através da aplicação dos programas de medidas especificados nos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH). O planeamento da gestão das águas está estruturado em ciclos de 6 anos, estando neste momento em vigor o PGRH para o período 2016-2021.

---

<sup>14</sup>Revoga o Decreto-Lei n.º n.º 73/2009, de 31 de março

<sup>15</sup>Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro.

<sup>16</sup>Aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.

#### 1.2.2.7. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) aplica-se a todo o território nacional e prevê a articulação com outros planos de gestão territorial, nomeadamente os planos setoriais, os planos especiais de ordenamento do território e os planos regionais de ordenamento do território. O PNPOT define ainda orientações e opções para a elaboração de novos planos sectoriais e planos regionais de ordenamento do território. Dos objetivos estratégicos destaca-se a preocupação pela conservação e valorização da biodiversidade, dos recursos e património natural, paisagístico e cultural. Aprovado em 2007 pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro<sup>17</sup>, o PNPOT é segundo esta mesma Lei:

um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia. (Lei n.º 58/2007).

#### 1.2.2.8. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), foi elaborado ao abrigo da Lei de Bases de Ordenamento do Território e Urbanismo<sup>18</sup> e apresenta opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento regional do Alentejo, afirmando-o como território sustentável e de forte identidade regional. (PCM, 2010). As estratégias apresentadas fornecem orientações para os trabalhos de revisão dos planos diretores municipais, bem como para a elaboração, revisão ou alteração de planos de natureza sectorial e especial. (PCM, 2010). O PROTA, apresenta-se assim, como um documento de referência para o ordenamento e desenvolvimento da região, envolvendo as iniciativas dos eixos estratégicos de intervenção definidos no âmbito Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e respetiva Regulamentação Específica do Programa Operacional Alentejo 2007-2013. Os grandes eixos estratégicos de intervenção dividem-se em: (a) Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego; (b) Abertura de economia, sociedade e território ao exterior; (c) Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental. (PCM, 2010).

<sup>17</sup>Retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro.

<sup>18</sup>Aprovada pela Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto.

#### 1.2.2.9. Projetos de Potencial Interesse Nacional

Criado em 2005<sup>19</sup>, o regime dos Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) pretende:

-----  
favorecer a concretização de diversos tipos de projetos de investimento, assegurando um acompanhamento de proximidade, promovendo a superação dos bloqueios administrativos e garantindo uma resposta célere, sem prejuízo dos dispositivos legais necessários à salvaguarda do interesse público, nomeadamente ao nível da segurança e do ambiente. (RCM n.º 95/2005)

para a dinamização económica de regiões com menor grau de desenvolvimento; balanço económico externo; eficiência energética e ou favorecimento de fontes de energia renováveis. (RCM n.º 95/2005).

São reconhecidos PIN os projetos que apresentem uma adequada sustentabilidade ambiental e territorial, representem um investimento global superior a 25 milhões de euros e apresentem um impacto positivo em pelo menos quatro dos seguintes domínios: Produção de bens e serviços transacionáveis, de carácter inovador e em mercados com potencial de crescimento; efeitos de arrastamento em atividades a montante ou a jusante, particularmente nas pequenas e médias empresas; interação e cooperação com entidades do sistema científico e tecnológico; criação e ou qualificação de emprego; inserção em estratégias de desenvolvimento regional ou contribuição

---

<sup>19</sup>Ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2005, de 24 de maio

### 1.3. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### 1.3.1. Conceito de Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável, devido à sua complexidade, tem suscitado muitas discussões em torno da sua interpretação. Heinen (1994) explica que «não existe uma abordagem unânime ao desenvolvimento sustentável nem um enquadramento consistente, dada a variedade de escalas inerentes a diferentes programas de proteção e diferentes tipos de sociedades e instituições.»<sup>20</sup> (p.29). A complexidade do conceito reflete-se nas mais de 100 definições que a literatura económica oferece (Ciegis *et al.*, 2009), pelo que se considera que o conceito de Desenvolvimento Sustentável pode ser entendido de diferentes formas, dependendo da literatura e dos trabalhos a que se tem acesso.

Das inúmeras definições apresentadas, a descrita pela *Brundtland Commission*<sup>21</sup>, é a

que melhor reconhece o compromisso do Desenvolvimento Sustentável, definindo que este é

o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades<sup>22</sup>(WCED, 1987).

A preocupação pelos recursos naturais aparece mais evidente nas definições apresentadas pelas UICN, PNUMA e WWF<sup>23</sup> (1991), que afirma que Desenvolvimento Sustentável significa:

melhorar a qualidade de vidas dos seres humanos, vivendo de acordo com a capacidade de carga dos ecossistemas.<sup>24</sup> (IUCN, UNEP & WWF, 1991)

<sup>20</sup>Citação original: «No single approach to 'sustainable development' or framework is consistently useful, given the variety of scales inherent in different conservation programs and different types of societies and institutional structures»

<sup>21</sup>Formalmente designada *World Commission on Environment and Development (WCED)*, em português Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

<sup>22</sup>Citação original: «Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.»

<sup>23</sup>UICN · União Internacional para a Conservação da Natureza; PNUMA · Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; WWF · World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza).

<sup>24</sup>Citação original: «Sustainable development means improving the quality of life of humans, while living within the carrying capacity of supporting ecosystems.»

Ambos os conceitos se baseiam na convicção de que as dimensões sociedade, economia e ambiente – os três pilares do desenvolvimento sustentável, devem ser complementares e interdependentes (Fig.6). O desenvolvimento sustentável passa pela elaboração de sistemas integrados de resolução de problemas, que tenham em consideração uma visão sistémica e estratégica. Um bom exemplo disso é o diagrama de Venn (Fig.6) que adaptado ao desenvolvimento sustentável representa a interligação entre sociedade, economia e ambiente. A sustentabilidade é teoricamente alcançada se as três dimensões convergirem na direção certa, atingindo o equilíbrio perfeito. Para tal é imprescindível ter em conta os principais objetivos de cada uma das dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

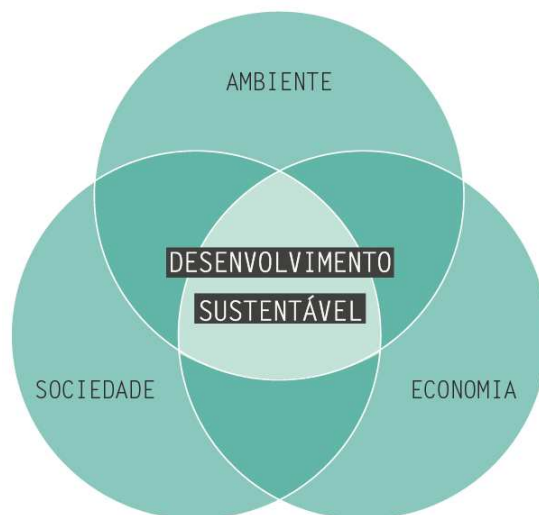


Figura 6 // Diagrama de Venn expressando a complementariedade e interdependência entre os três pilares do desenvolvimento sustentável.

#### SOCIEDADE

Garantir a igualdade ao acesso de emprego, educação, recursos naturais e serviços, proporcionar bem-estar social e permitir o acesso justo à resolução de problemas.

#### ECONOMIA

Garantir o desenvolvimento, fomentar o aumento da quantidade de recursos naturais através da gestão política e desenvolver tecnologia e mecanismos que permitam as mudanças no estilo de vida.

#### AMBIENTE

Desenvolver estratégias que preservem os sistemas naturais e apostar na educação ambiental, permitindo a compreensão dos processos naturais.

### 1.3.2. Crescimento Verde, um conceito atual

O conceito Crescimento Verde surge oficialmente em 2005, na 5ª Conferência Ministerial sobre Ambiente e Desenvolvimento (MCED) e desde então tem vindo a ganhar visibilidade enquanto estratégia fundamental de desenvolvimento sustentável. Crescimento Verde significa:

Fomentar o crescimento e o desenvolvimento económico, assegurando simultaneamente que as riquezas naturais continuam a fornecer os recursos e os serviços ambientais, dos quais depende o nosso bem-estar. Para tal, deve catalisar o investimento e a inovação que irão apoiar o crescimento verde e dar origem a novas oportunidades económicas. (OCDE, 2011)

É importante ressaltar que o crescimento verde não vem substituir o desenvolvimento sustentável, pelo contrário, ele complementa-o a uma diferente escala. Segundo a OCDE (2011) este tem um alcance mais limitado, implicando uma agenda política ativa e que «incide fortemente na promoção das condições necessárias para a inovação, investimento e concorrência que podem dar origem a novas fontes de crescimento económico». O crescimento verde pretende assim implementar iniciativas concretas baseadas nas medidas globais do desenvolvimento sustentável.

#### 1.3.2.1. Estratégia de Crescimento Verde

A Estratégia de Crescimento Verde da OCDE resulta da Declaração sobre Crescimento Verde de 2009, que expressa o compromisso de desenvolver uma estratégia que reúna aspetos económicos, ambientais, sociais, tecnológicos e de desenvolvimento num quadro abrangente. (OCDE, 2011). O objetivo do crescimento verde é, através de várias medidas, estabelecer incentivos ou instituições que aumentem o bem-estar, nomeadamente: (a) melhorar a gestão de recursos e aumentar a produtividade; (b) incentivar a atividade económica onde, a longo prazo, a sociedade possa produzir com maiores vantagens; (c) estabelecer novas formas de alcançar estes dois primeiros objetivos (a e b) através, por exemplo, da inovação. (OCDE,2011).

O quadro da Estratégia de Crescimento Verde salienta a importância de que o crescimento económico deve acontecer em concordância com o ambiente e isso depende das orientações políticas e institucionais, nível de desenvolvimento, dotação de recursos e aspetos específicos de pressão no ambiente (OCDE, 2011). Esta estratégia lança ainda um alerta para os principais erros e consequências emergentes - a utilização da tecnologia de produção e o comportamento dos consumidores existentes, que terá resultados positivos até um certo ponto; a exaustão do capital natural que terá

consequências negativas para o crescimento global; o PIB como medida central do progresso económico, que leva normalmente a que se ignore a contribuição dos ativos naturais para a riqueza, saúde e bem-estar (OCDE. 2011).

A inovação é uma das grandes dimensões da Estratégia de Crescimento Verde e pretende romper com os convencionalismos. Esta dimensão tem consciência da dificuldade das mudanças de comportamentos, mas também sabe que a sociedade é altamente dependente de instituições e tecnologias, às quais rapidamente se adapta. O desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente as «verdes» são essenciais para que o crescimento seja mais respeitador do ambiente e para tal é necessário existir uma ligação entre inovação e ciência – inovação multidisciplinar.

Em Portugal foi elaborado um documento estratégico, denominado Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) o qual pretende promover uma transformação estrutural do modelo de desenvolvimento, conciliando o crescimento económico com a utilização eficiente de recursos, a proteção ambiental e a justiça social (Fi.7). (MAOTE, 2015).

O CCV foca-se em áreas temáticas<sup>25</sup> e catalisadores<sup>26</sup>, do crescimento verde, sendo o turismo uma das áreas de intervenção. O CCV reconhece o turismo como uma atividade em forte crescimento em Portugal e que cada vez mais se destaca no desempenho da economia nacional, sendo considerado um sector prioritário na economia portuguesa. (MAOTE, 2015). As principais iniciativas para o turismo apresentadas neste documento são: posicionar Portugal como destino turístico mundial de referência sem colocar em causa os princípios do desenvolvimento sustentável; estruturar e aumentar a oferta do turismo de natureza; distinguir estabelecimentos de hotelaria e restauração que cumprem critérios de sustentabilidade; melhorar a qualidade ambiental dos empreendimentos turísticos; apostar na recuperação dos monumentos e edifícios classificados e sua integração nos roteiros turísticos; promover a oferta de serviços no âmbito do Turismo Azul, ligado ao mergulho e à observação de espécies. (MAOTE, 2015).

---

<sup>25</sup>As áreas temáticas apresentadas no CCV são: Água; Resíduos; Agricultura e Floresta; Energia e Clima; Mobilidade e Transportes; Indústria Transformadora e Extrativa; Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas; Cidades e Território; Mar; Turismo.

<sup>26</sup>Os catalisadores apresentados no CCV são: Financiamento; Promoção; Internacional; Fiscalidade; Investigação, Desenvolvimento e Inovação; Informação e Participação; Contratação Pública.



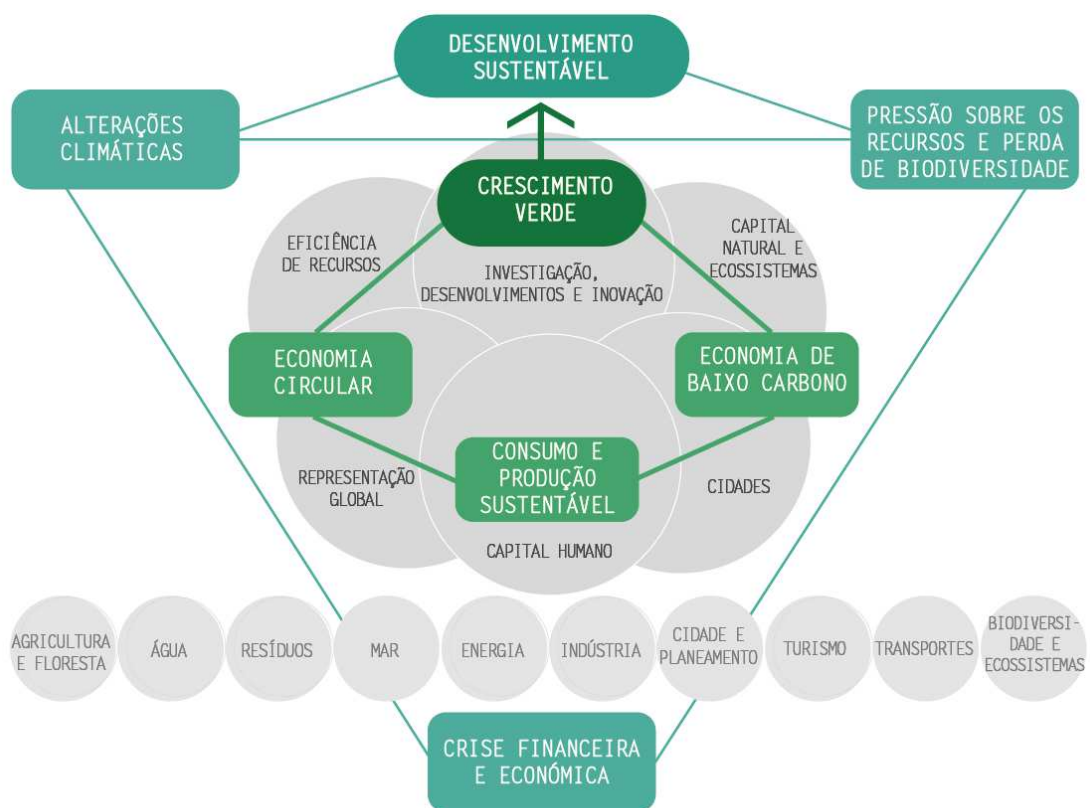


Figura 7 // Infográfico desenvolvido no âmbito do documento estratégico de Portugal Compromisso para o Crescimento Verde. (Fonte: Adaptado de infográfico disponível em <http://goo.gl/lqgS63>, acedido a dezembro de 2016)



CASOS DE ESTUDO //  
SÃO LOURENÇO DO BARROCAL  
E TRÓIA RESORT



2



## 2. CASOS DE ESTUDO// SÃO LOURENÇO DO BARROCAL E TRÓIA RESORT

### 2.1. ENQUADRAMENTO DOS CASOS DE ESTUDO

Os dois casos de estudo foram selecionados em função da sua localização e tipologia e correspondem aos empreendimentos turísticos de São Lourenço do Barrocal na Herdade do Barrocal, e o Tróia Resort na Península de Tróia, ambos implementados na região Alentejo e integrados na tipologia de Conjuntos Turísticos.

O presente estudo incide essencialmente na compreensão destes Conjuntos Turísticos e na reflexão sobre o modo como estes se podem integrar na paisagem de forma sustentável, discutindo a sua possível evolução ambiental, social e económica. Para cada conjunto turístico é realizada uma breve caracterização seguida de uma apreciação global da sua sustentabilidade.

## 2.2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO

A Região Alentejo corresponde a cerca de 34% do território português, sendo a maior NUTS II de Portugal (INE, 2011). Encontra-se dividida em cinco NUTS III, nomeadamente Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo (Fig.8).

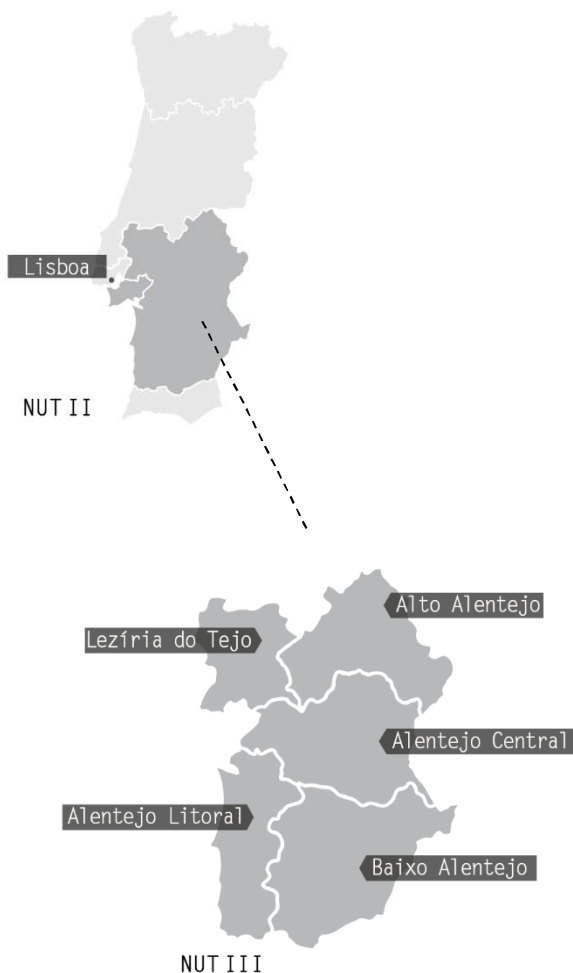


Figura 8 // Enquadramento da Região Alentejo (NUTII) no território nacional e sub-regiões (NUTSIII) da Região Alentejo.

O carácter singular da paisagem alentejana é-lhe atribuído pela expressão significativa que os valores naturais e culturais têm e pela sua tranquilidade, associada a um povoamento de baixa densidade, às planícies ondulantes do interior alentejano e à «horizontalidade do rio, do mar e das áreas sedimentares do litoral». (Cancela d'Abreu et al,2004).

As estruturas culturais instaladas pelo Homem ao longo dos anos, conferem um mosaico de usos do solo (Fig.9) constituído principalmente pelo montado de sobro e azinho, pelo olival e a vinha (culturas permanentes), por culturas arvenses, culturas de regadio e povoamentos florestais. O montado que domina o tipo de ocupação nas áreas do interior, constituindo um dos ecossistemas mais bem-adaptados às condições biofísicas desta região.

O Alentejo Litoral apresenta uma paisagem marcada pela diversidade geológica e geomorfológica, à qual estão associados sistemas ecológicos de enorme relevância, como o estuário do sado, as arribas da costa vicentina, as praias, dunas, sapais, entre outros (Fig.10). (Mendes, 2010).



Figura 9 // Vista sobre a paisagem envolvente à vila de Monsaraz. (Fonte: Arquivo pessoal, fotografia de Filipe Pedro)



Figura 10 // Praia do Brejo Largo, em Odemira. (Fonte: <http://bonsrapazes.com/2015/08/3-semanas-3-destinos-costa-vicentina/>, acedido em dezembro de 2016)

A região Alentejo caracteriza-se por um clima mediterrâneo, com invernos pouco chuvosos e frios e verões muito quentes e secos. A temperatura média anual é de 16,5°C, sendo que a média das mínimas do mês mais frio (janeiro) é de 4,7°C e a média das máximas do mês mais quente (agosto) é de 33,8°C. A região regista valores de precipitação baixos, com uma média anual na ordem dos 500 mm que se concentra, sobretudo, entre os meses de novembro e março. A média anual da humidade relativa do ar situa-se entre 73 e os 77%, registando-se no verão uma média entre os 51 e os 58% e no inverno na ordem dos 87 a 92%. No que respeita à nebulosidade, os dias de céu encoberto ocorrem predominantemente no Inverno, registando-se em média 40 dias com nevoeiro durante o ano. A insolação anual é de aproximadamente 3000 horas.

A área do território alentejano distribui-se equitativamente pelas cinco NUTS III<sup>27</sup> (Fig.11) e regista um número de habitantes relativamente baixo (excluindo a Lezíria do Tejo<sup>28</sup>), bem como um «padrão difuso da população, essencialmente em lugares até 5.000 habitantes» (AMDE,2008).

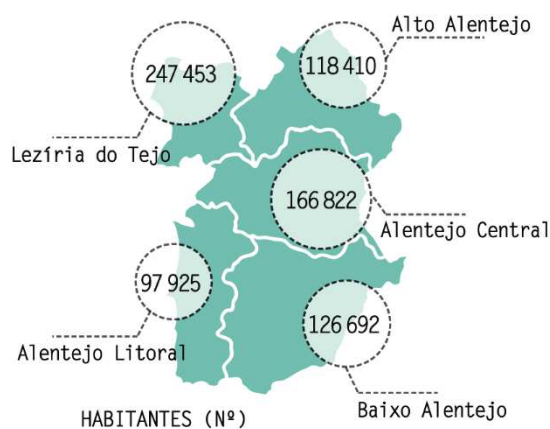
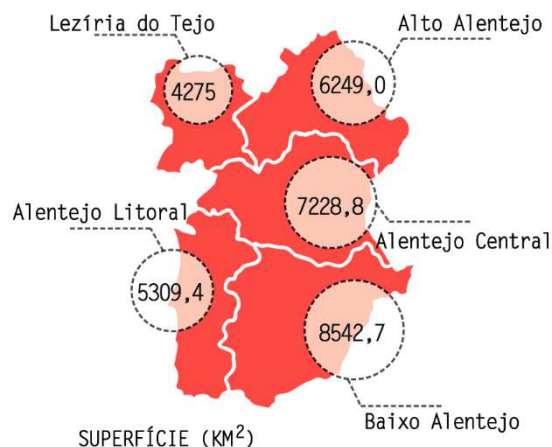


Figura 11 // Superfície das unidade territoriais por localização geográfica em 2013 (NUT III) e População residente por Local de residência (à data dos Censos 2011). (Fonte:Elaboração própria)

<sup>27</sup>À exceção da Lezíria do Tejo.

<sup>28</sup>A Lezíria do Tejo encontra-se incluída na Região Alentejo para efeitos do Quadro comunitário, apresentando um perfil socioeconómico distinto das outras sub-regiões que integram a Região Alentejo (pág.32, figura 8)



Em comparação ao resto do país, a Região Alentejo apresenta os valores mais baixos de densidade populacional registando apenas uma média de 23,9 hab/km<sup>2</sup> e grandes fragilidades socioeconómicas face à média nacional. (AMDE, 2008). Com uma taxa de crescimento negativo, o Alentejo tem vindo a perder a capacidade de autorregeneração da população, apresentando, a nível de estrutura etária, uma pirâmide envelhecida.

A região Alentejo dispõe de uma boa rede de infraestruturas de saúde e educação, no entanto tem-se registado um aumento da saída de jovens, que, em idade ativa e com habilitações escolares ou profissionais, procuram uma maior oferta de emprego e remunerações, acabando por se fixar em grandes áreas urbanas, com destaque para a área metropolitana de Lisboa. (AMDE, 2008). Também a dispersão dos aglomerados urbanos no vasto território alentejano, levam à deficiente aposta nas infraestruturas rodoviárias, acelerando e agravando o processo de abandono do espaço rural junto às localidades de menor dimensão.

A nível turístico a Região Alentejo tem assistido a um aumento da oferta turística e a uma diminuição dos contrastes de capacidade de alojamento entre os concelhos do litoral e os do interior. Em 2015 a Região

Alentejo apresentava uma capacidade de alojamento de 21 472 camas, das quais 8 238 se situam no Alentejo Litoral. (INE, 2015). O PENT 2013-2015 define a nível nacional seis polos de desenvolvimento turístico, dois dos quais na Região Alentejo: Litoral Alentejano e Alqueva, potenciando a instalação de Conjuntos Turísticos nestas áreas, como é o caso dos dois CT em estudo – Tróia Resort (Litoral Alentejano) e São Lourenço do Barrocal (Alqueva).

## 2.3. CONJUNTO TURÍSTICO DE SÃO LOURENÇO DO BARROCAL

### 2.3.1. Enquadramento

São Lourenço do Barrocal é um empreendimento turístico na Herdade do Barrocal que assume simultaneamente uma exploração turística e agrícola. O seu promotor é José António Uva que pertence à oitava geração da família proprietária da herdade.

A Herdade do Barrocal tem cerca de 780ha e localiza-se na envolvente do Alqueva, no concelho de Reguengos de Monsaraz, numa área localizada a cerca de 12 km de Reguengos de Monsaraz, 50 km de Évora e 95 km de Beja (Fig. 12). Os lugares mais próximos à herdade são S. Pedro do Corval e Monsaraz, que distam ambos cerca de 5km. O principal acesso ao Conjunto Turístico é feito a partir da estrada M514 (a norte), sendo que esta mesma estrada atravessa a herdade (a sul) fazendo a ligação entre Reguengos de Monsaraz e Monsaraz.

O projeto para a Herdade do Barrocal foi anunciado em 2007 e reveste a forma de Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal (PPHB), o qual foi aprovado em 2008 e alterado em 2010 e é considerado um projeto PIN.



Figura 12 // Enquadramento geográfico da Herdade do Barrocal no território nacional. (Fonte: Elaboração própria com imagem do Google Earth)

Inicialmente o PPHB previa a construção de um Hotel (no local da antiga pedreira), um Parque Náutico, um Parque Agrícola, sete Moradias Turísticas de tipologia T5 (numa zona designada de Núcleo das Lameiras) e um Aldeamento Turístico

composto por 156 unidades de alojamento de tipologia T5 distribuídas por quatro zonas (Núcleo do Pinheiro, Núcleo de Arrifes, Núcleo dos Agrários e Núcleo da Barragem) (Fig. 13).

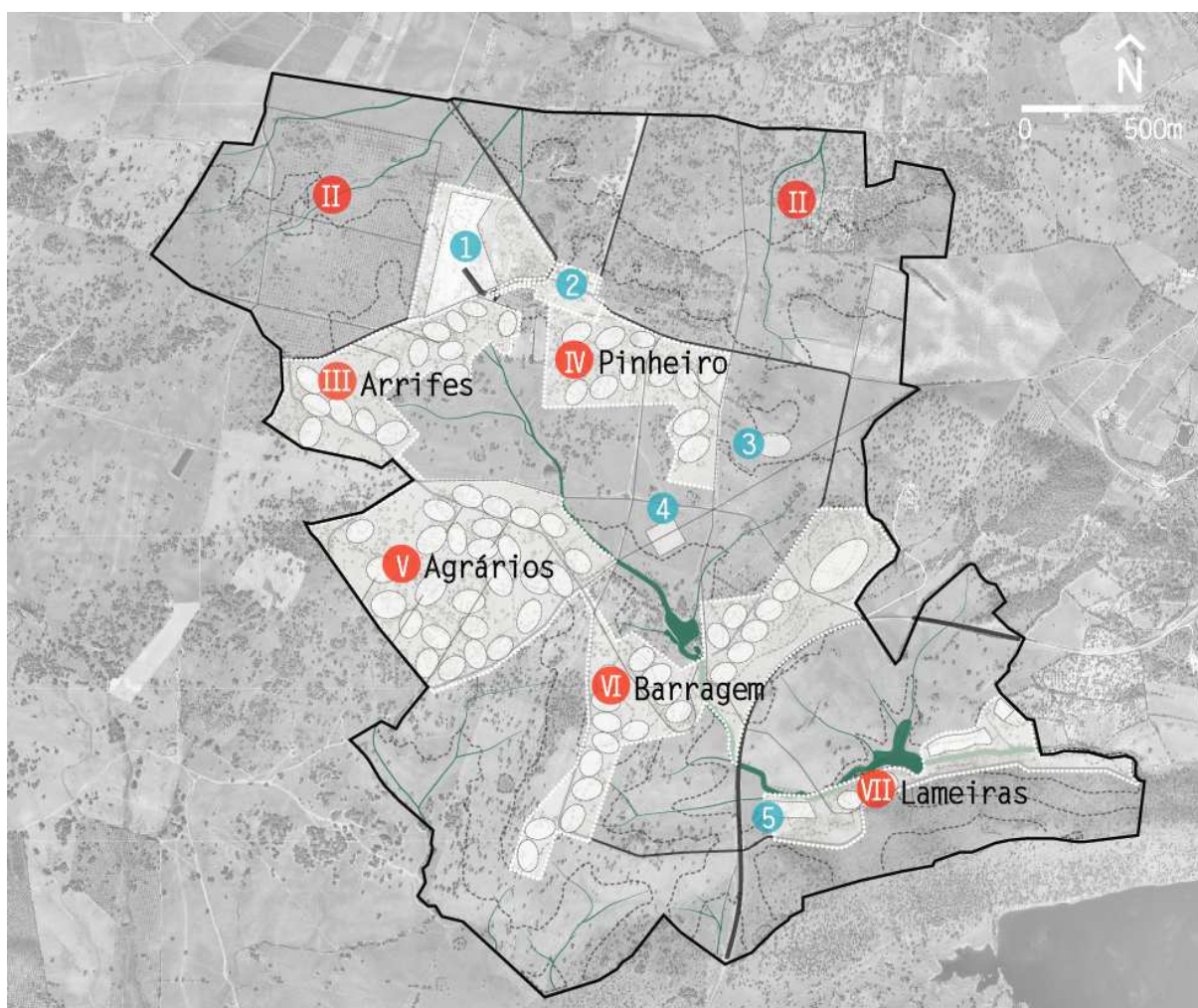


Figura 13 // Mapa gráfico do PPHB inicial, com a delimitação das unidades de alojamento/moradias turísticas, distribuídas pelas cinco zonas de execução (Núcleos) e localização do Hotel (1), Centro Comunitário (2), Monte (3), Parque Agrícola (4) e Parque Náutico (5). (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB)

Em 2012 o Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Turismo e do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território<sup>29</sup>, sujeita o conjunto turístico a Avaliação de Impacte Ambiental, do qual resulta a decisão «Favorável Condicionada» em 2013.

É feita uma revisão do PPHB, no sentido de atender a todas as condicionantes constantes na Declaração de Impacte Ambiental, das quais se destacam as seguintes: apresentação de um plano de proteção e conservação de habitats prioritários; cumprimento do estipulado no PPHB, salvaguardando as áreas de RAN, património arqueológico e oliveiras existentes; sujeição das áreas de utilização coletiva a projeto de arquitetura paisagista; dar cumprimento à legislação referente à proteção de sobreiros e azinheiras e apresentação clara de medidas de minimização durante a fase de construção. (CCDRA, 2013).

A primeira fase do projeto já se encontra concluída e contempla a reabilitação do Monte e a definição de 25 lotes para instalação de moradias unifamiliares nos Núcleos do Pinheiro e Arrifes (Fig.14).

O Monte histórico da herdade foi reabilitado segundo o projeto de arquitetura de Eduardo Souto Moura (Fig.15) e integra o Conjunto Turístico que é composto por um hotel com 24 quartos, um aldeamento turístico com 15 casas, spa, restaurante, loja, sala dos brinquedos, horta, piscina, adega, sala de provas e garrafeira (ver Anexo 1).

As moradias autónomas de carácter unifamiliar, a instalar nos Núcleos de Arrifes e Pinheiro, são também da autoria do arquiteto Eduardo Souto Moura, numa colaboração com o arquiteto John Pawson.

Este projeto contou ainda com a participação do arquiteto paisagista João Gomes da Silva, o qual desenvolveu o conceito inicial - instalar as moradias nos barrocais tal como os povos do neolítico. Do trabalho de arquitetura paisagista resultou o Plano de Ordenamento da Herdade do Barrocal (ver Anexo 2).

---

<sup>29</sup>Despacho n.º 12777/2012, no Diário da República, 2.ª Série, N.º 189, de 28 de setembro de 2012.

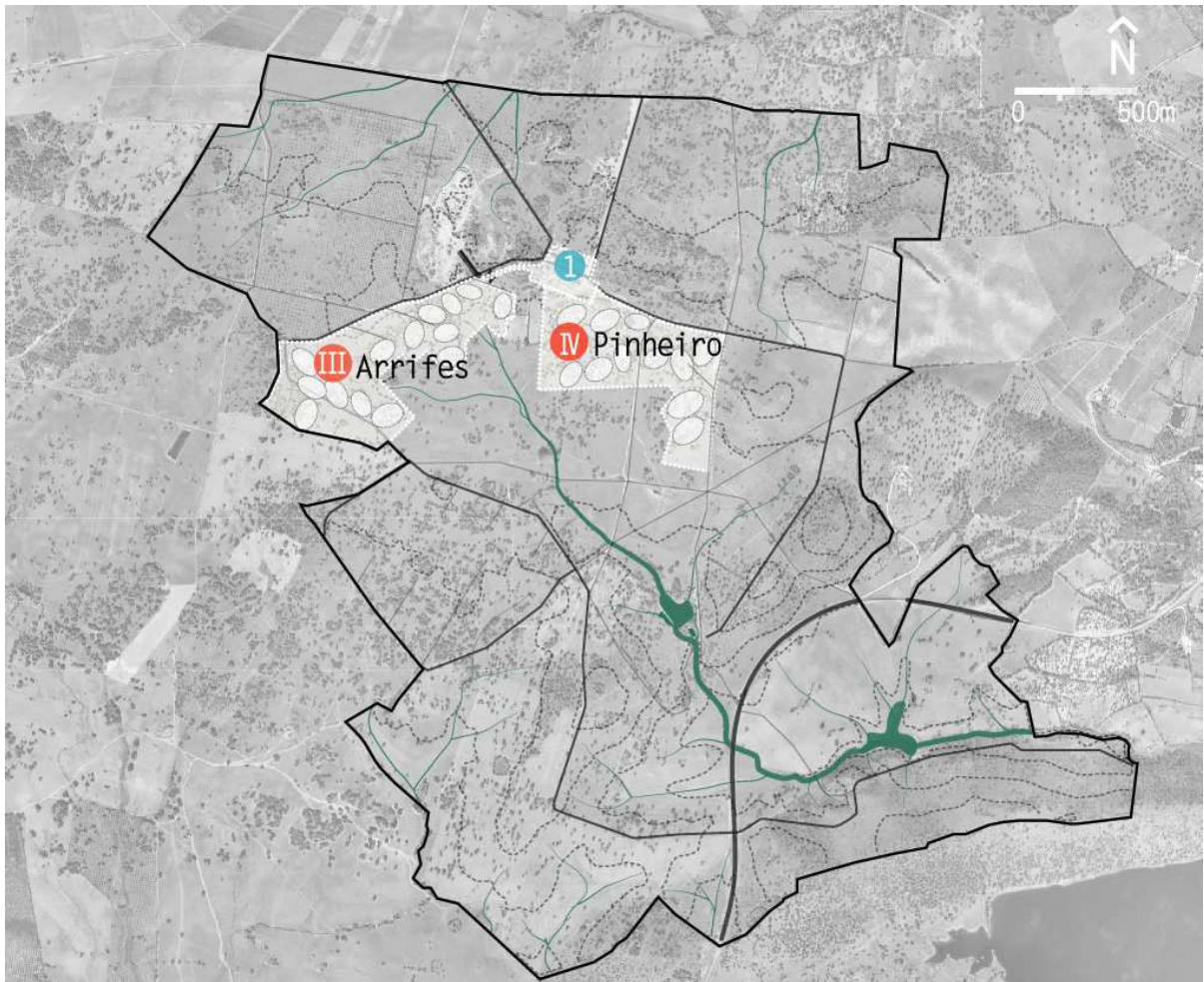


Figura 14 // Primeira fase do projeto, com a delimitação das 25 unidades de alojamento distribuídas pelo Núcleo de Arrifes e Pinheiro e a localização do Conjunto Turístico (I). (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB)



Figura 15 // Vista aérea do Conjunto Turístico de São Lourenço do Barrocal - Monte do Barrocal recuperado pelo Arquiteto Eduardo Souto de Moura. (Fonte: <https://goo.gl/hVH6YX>, acessado a maio de 2016)

## 2.3.2. Caracterização da Paisagem

### 2.3.2.1. Síntese Fisiográfica

A paisagem onde está inserida a Herdade do Barrocal, caracteriza-se morfologicamente pela existência de extensas planícies, com cotas inferiores a 400 metros e declives pouco acentuados, pelo que qualquer proeminência no relevo constitui uma singularidade (Fig.16).

As cotas mais elevadas na área envolvente à Herdade do Barrocal correspondem à cumeada das Serras das Pedras, Motrinos e Barrada (Fig.18), com cotas até cerca de 330m e ao promontório da vila de Monsaraz (Fig.19). As cotas mais baixas, correspondem ao vale do Guadiana, ocupado em parte pela albufeira do Alqueva (Fig.20), e que se caracteriza por ser bastante encaixado, com declives acentuados, atingindo cerca de 100 metros de profundidade em alguns locais. (MAMAOT, 2011)

Das orientações de encostas, as que assumem maior importância desenvolvem-se a partir das principais linhas de fecho, predominando as encostas quentes e temperadas em toda a faixa norte. Da Orientação de Encostas, verifica-se a predominância das encostas quentes (SE, S, O e SO) associadas às principais linhas de fecho.

O concelho de Reguengos de Monsaraz é totalmente abrangido pela Região Hidrográfica do Guadiana, sendo marcado por uma importante linha de fecho que define a bacia Hidrográfica do Guadiana e a sub-bacia Hidrográfica do Degebe (Fig.16). Os limites Este e Sul do concelho são definidos pela albufeira do Alqueva, a qual é constituída por três braços principais - rio Guadiana, rio Degebe e rio Alcarrache. Dos principais afluentes à albufeira do Alqueva que ocorrem no concelho de Reguengos de Monsaraz destacam-se a ribeira de Azevel e a ribeira de Álamos.

Numa aproximação à Herdade do Barrocal verifica-se a existência de um relevo aplanado, com declives até 8% e a predominância das classes hipsométricas 200-225m (na faixa central) e 150-175m (a sul e nordeste). As principais linhas de fecho definem a bacia da ribeira de Vargel, principal linha de água da herdade (Fig.17).

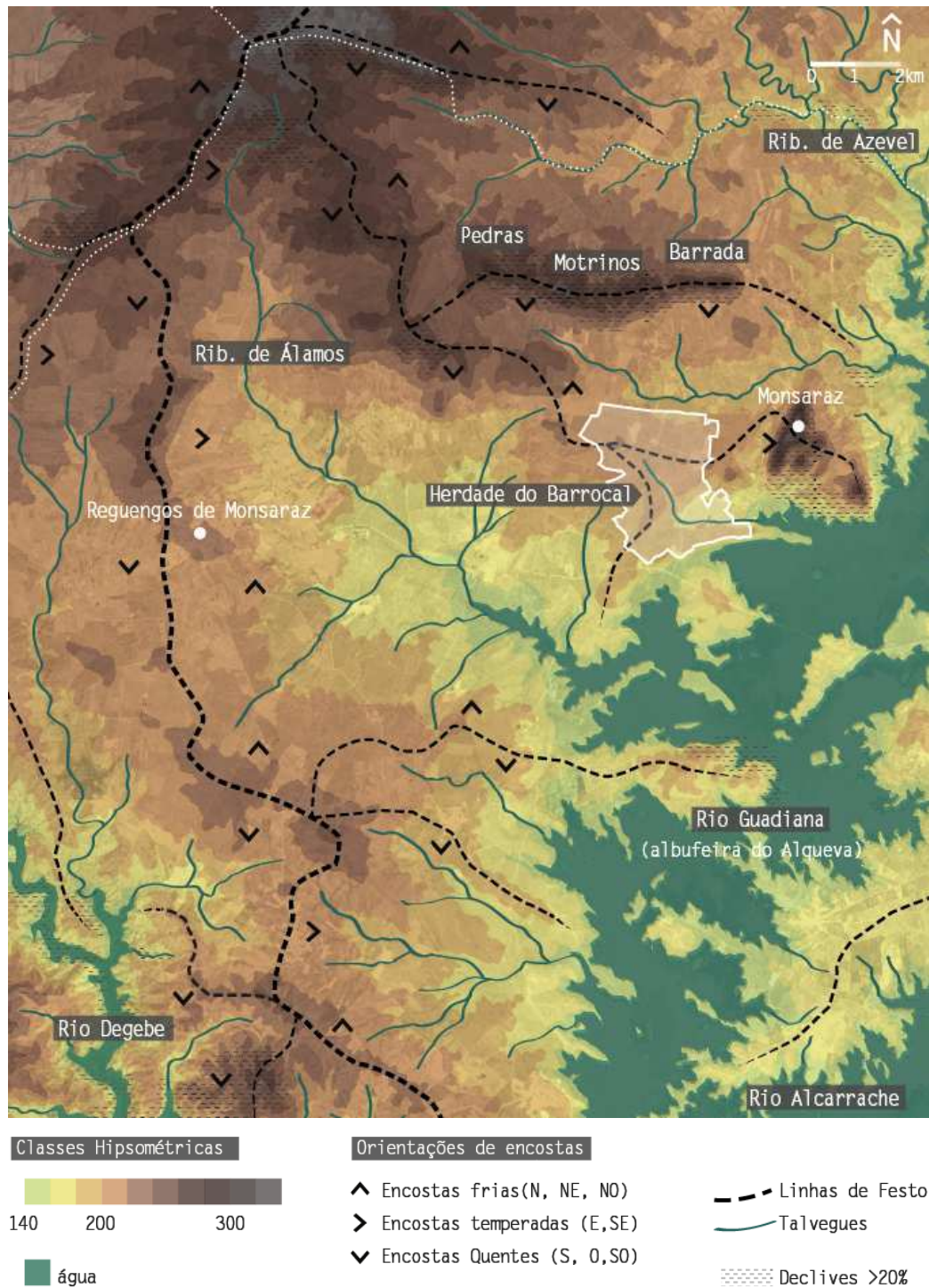


Figura 16 // Carta de Síntese Fisiográfica da área em estudo, que abrange, na sua maioria, o concelho de Reguengos de Monsaraz. (Fonte: Elaboração própria com cartografia cedida pela CM de Reguengos de Monsaraz)

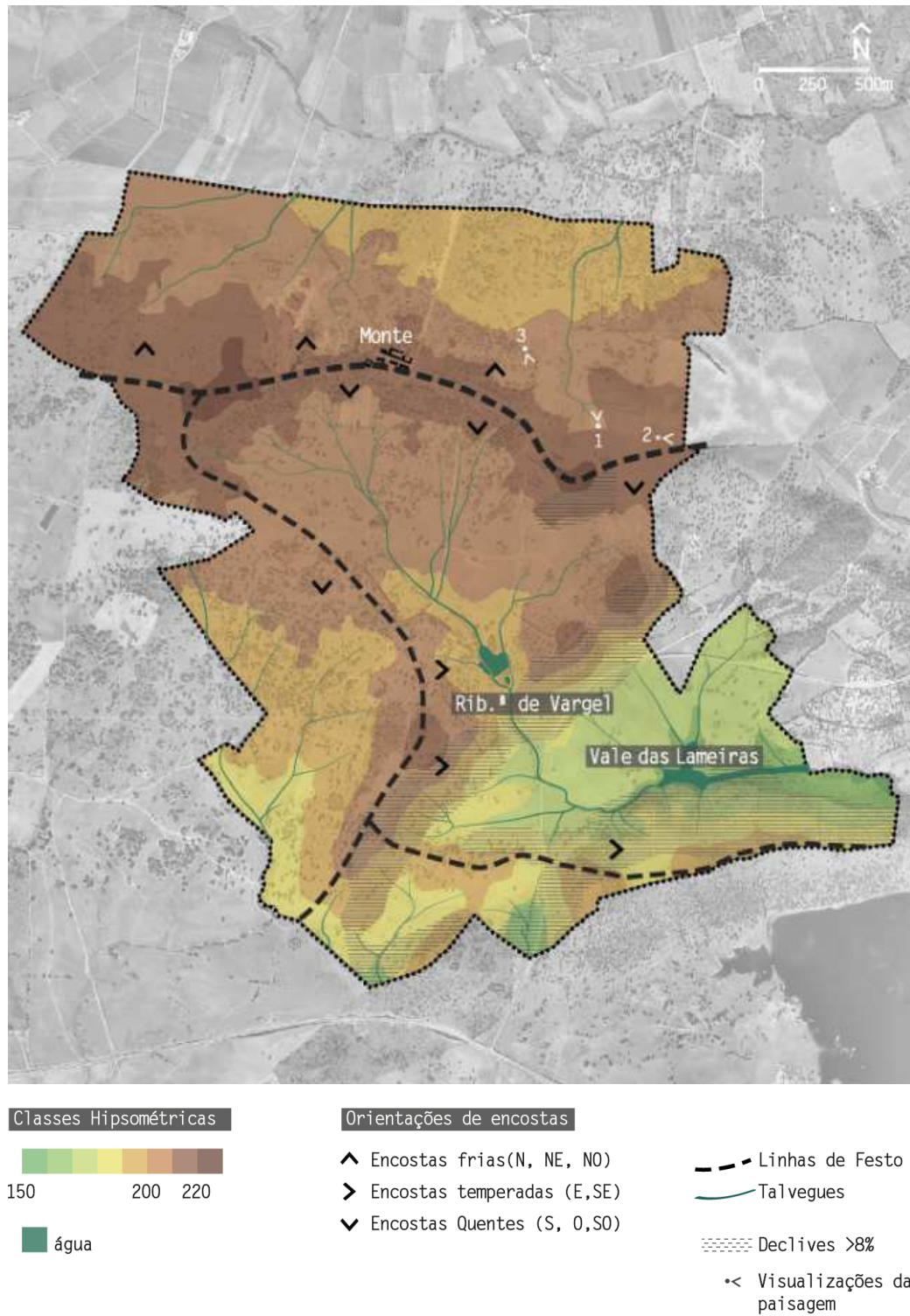


Figura 17 // Síntese Fisiográfica da Herdade do Barrocal e Visualizações da Paisagem (pontos 1,2 e3) representadas nas figuras 18, 19 e 20. (Fonte: Elaboração própria com cartografia cedida pela CM de Reguengos de Monsaraz)





Figura 18 // Relação do conjunto das Serras das Pedras, Motrinos e Barradas com a Herdade do Barrocal. Fotografia tirada a partir do ponto de visualização nº1 assinalado na figura 17. (Fonte: <http://www.barrocal.pt/pt/vinho/>, acedido em maio de 2016)



Figura 19 // Relação do promontório da vila de Monsaraz com a Herdade do Barrocal. Fotografia tirada a partir do ponto de visualização nº2 assinalado na figura 17. (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2007\\_05\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2007_05_01_archive.html), acedido em maio de 2016)



Figura 20 // Relação da albufeira do Alqueva com a Herdade do Barrocal. Fotografia tirada a partir do ponto de visualização nº3 assinalado na figura 17. (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2007\\_05\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2007_05_01_archive.html), acedido em maio de 2016)

**2.3.2.2. Solo**

O tipo de solos identificados na herdade - «Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais não calcários e Solos Mediterrâneos vermelhos e amarelos de materiais não calcários» (Frazão, 2010), caracterizam-se pela insuficiente infiltração de água e pela presença de elementos grosseiros. As limitações da capacidade do uso do solo da herdade devem-se portanto à erosão e

escoamento superficial, à presença de afloramentos rochosos de granitos (barrocais) e aos solos pedregosos, o que determina a predominância de um sistema silvo-pastoril nestas zonas. Pontualmente encontram-se manchas de solos mais férteis (com poucas ou sem limitações), justificando a instalação de culturas como o olival e a vinha a norte da propriedade (Fig.21).

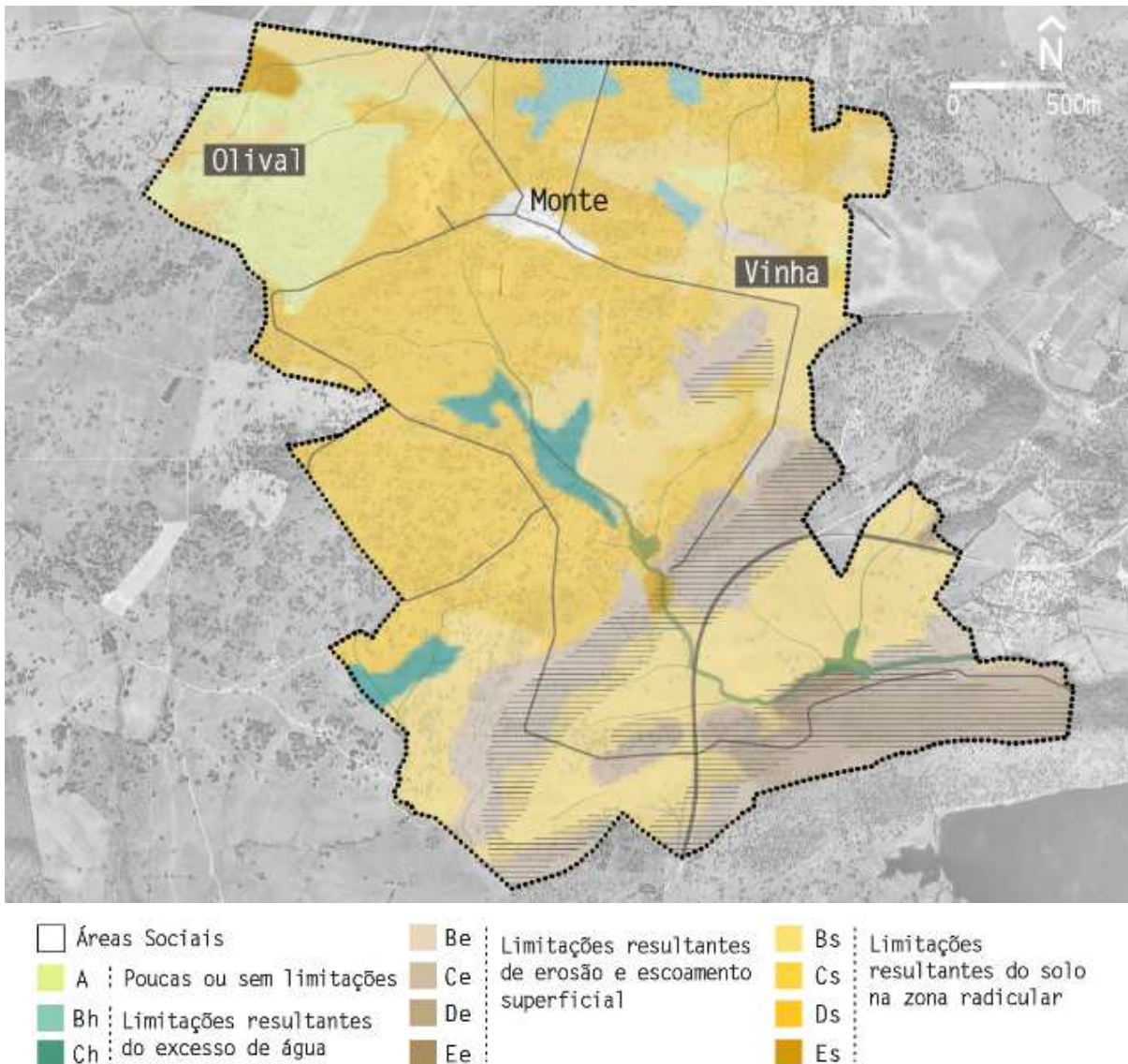


Figura 21 // Carta de Capacidade do Uso do Solo da Herdade do Barrocal. (Fonte: Elaboração própria com cartografia cedida pela CM de Reguengos de Monsaraz)

### 2.3.2.3. Humanização

A região onde se insere a Herdade do Barrocal é marcada por uma paisagem onde predomina o montado de sobro e azinho, existindo pontualmente culturas de sequeiro, olivais e policultura, especialmente associada aos aglomerados urbanos.

A quantidade de vestígios arqueológicos identificados nesta região, indicam uma ocupação e transformação da paisagem pelo homem muito antigas, sendo o período neolítico o mais revelador disso mesmo. Na Herdade do Barrocal, dos vestígios megalíticos, destacam-se 14 antas e um menir (Fig. 22), elementos em material granítico. O menir da Herdade do Barrocal (Fig.22) está identificado como sendo o mais alto monólito deste tipo erguido na Península Ibérica pelo Homem pré-histórico, integra um recinto e apresenta uma riquíssima iconografia gravada. (Gomes, 2007). A partir do menir da Herdade do Barrocal é possível avistar outros monólitos deste tipo e uma vasta área envolvente à herdade – a norte a cumeada do conjunto das serras das Pedras, Motrinos e Barrada, a nascente o promontório da vila de Monsaraz, a sul os campos do vale do rio Guadiana ocupado em parte pelo plano de água do Alqueva e a poente os campos do Corval e de Reguengos,

uma abrangência visual que justifica a localização do menir mencionado.



Figura 22 // Menir do Barrocal com a vila de Monsaraz ao fundo. (Fonte: [goo.gl/KsrX56](http://goo.gl/KsrX56), acedido em novembro de 2016)

Os vestígios neolíticos encontrados na herdade, desde monumentos funerários a habitações, devem-se, em parte, ao facto de esta se inserir numa zona granítica, oferecendo a matéria prima e condições necessárias ao seu estabelecimento. O granito, ao contrário do xisto, oferecia melhores condições aos povos do neolítico que aproveitaram os afloramentos rochosos (barrocais) para aí se estabelecer e construir as suas casas. (Uva, in Público, 2016).

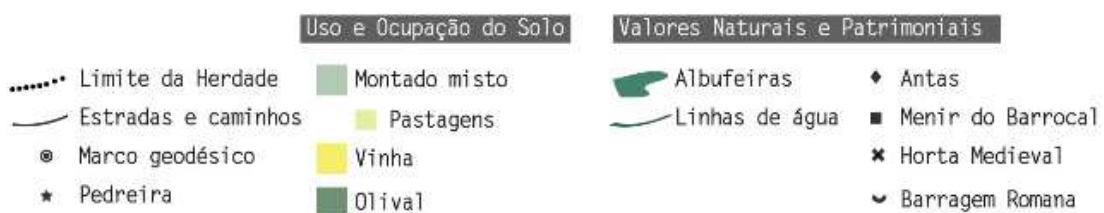
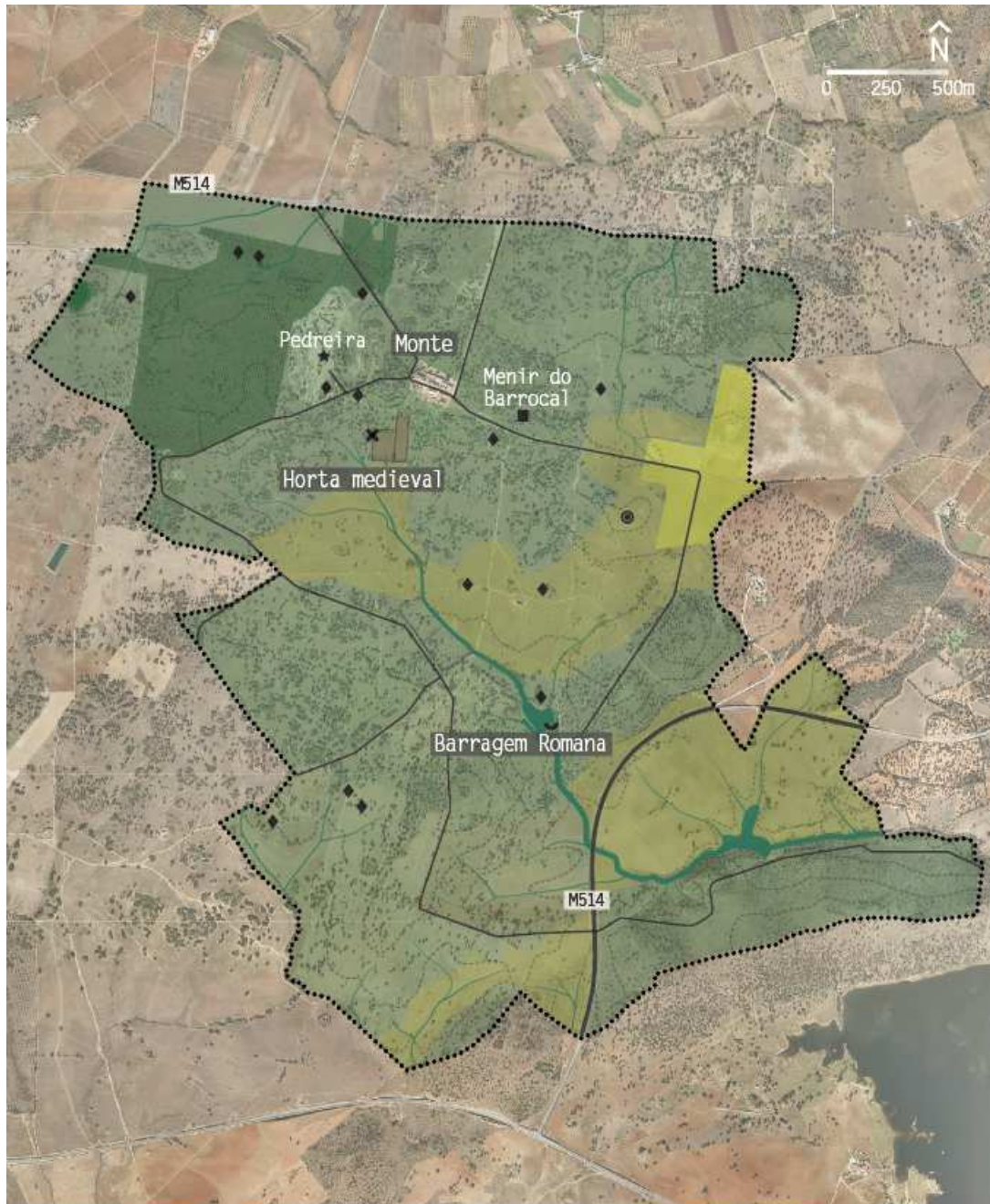


Figura 23 // Síntese de Humanização da Herdade do Barrocal. (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB)

Os principais vestígios da ocupação romana ocorrem junto à margem da ribeira de Vargel, numa zona onde confluem várias linhas de água. Junto a este núcleo existe também uma barragem romana (Fig.23 e Fig.24), onde se localiza atualmente a principal barragem da Herdade. As ruínas dos edifícios que constituíam a *villa* romana, assim como os vestígios de uma compartimentação, cujo perímetro é geralmente acompanhado por fiadas de oliveiras antigas, indicam uma exploração agropecuária há muito estabelecida neste território. (Frazão, 2010). Os vestígios da época medieval na Herdade do Barrocal são escassos, uma vez que a instabilidade política e social limitava a ocupação populacional às urbes fortificadas. Numa época em que a exploração agrícola começava a ser potenciada, a herdade terá sido apenas um território periférico da vila de Monsaraz. Prova disso é a horta murada de grandes dimensões que existe junto ao atual monte do Barrocal (Fig.25) e à qual está associado um sistema de rega. (Frazão, 2010).

A tipologia de grande propriedade rural de exploração agro-silvo-pastoril desenvolveu-se nos séculos XIX e XX. Acompanhando o desenvolvimento tecnológico, os proprietários transformaram e atualizaram a produção agrícola da herdade, onde resultou

a construção do Monte e de diversas estruturas de apoio agrícola. Intensificaram-se as culturas permanentes, tais como o olival e a vinha que ainda hoje são exploradas, as culturas arvenses e a atividade pecuária em regime de montado de sobro e azinho. A jusante da barragem romana foi construída uma outra barragem, aumentando a disponibilidade de água para regadio das áreas ocupadas por culturas arvenses. No início dos anos 90, iniciou-se a exploração de granitos na herdade junto ao limite noroeste (Fig.25 e Fig.26). Com a implementação do Conjunto Turístico de São Lourenço do Barrocal, foi celebrado um acordo para a desativação da pedreira entre a entidade exploradora da pedreira, a *Granimartex*<sup>30</sup> e o proprietário do empreendimento turístico.

Atualmente, em resultado de uma atividade agrícola intensiva, a Herdade do Barrocal apresenta sinais de degradação a nível do solo e do coberto vegetal. Verifica-se, por exemplo, que no vale das Lameiras, a sul, o coberto arbóreo é praticamente inexistente, resultado da exploração intensiva de culturas arvenses. Assim como também as galerias ripícolas apresentam graves sinais de degradação, consequência desta pressão agrícola.

---

<sup>30</sup>Granimartex - Granitos e Marmores para Exp, Lda



Figura 24 // Vista área sobre a Herdade do Barrocal. Destaque para a Barragem Romana, a Barragem no Vale das Lameiras e a relação com a estrada M514. (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2008\\_02\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2008_02_01_archive.html), acessido a maio de 2016)



Figura 25 // Vista área sobre a Herdade do Barrocal. Destaque para o Menir do Barrocal, o Monte, a horta medieval e a pedreira. (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2007\\_05\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2007_05_01_archive.html), acessido a maio de 2016)



Figura 26 // Vista área sobre a Herdade do Barrocal. Destaque para a pedreira e para o olival (Fonte: [http://megasettlements.blogspot.pt/2008\\_02\\_01\\_archive.html](http://megasettlements.blogspot.pt/2008_02_01_archive.html), acessido a maio de 2016)

#### 2.3.2.4. Valores Bióticos-Fauna e Flora

Da envolvente à Herdade do Barrocal, importa referir duas áreas sensíveis situadas na proximidade do limite sul da área de estudo – a cerca de 3,1km a ZPE de Reguengos de Monsaraz, que integra a RN2000 e a cerca de 5km a Área Importante para as Aves e Biodiversidade (IBA<sup>31</sup>) de Reguengos de Monsaraz. A IBA de Reguengos de Monsaraz foi identificada como uma importante área para a conservação de aves estepárias e a sua proteção é reforçada pelo regime da ZPE de Reguengos, que regulamenta praticamente toda a área da IBA. A ZPE de Reguengos é uma área essencialmente agrícola, onde predomina o cultivo de cereais em regime extensivo ou semiextensivo com pequenas áreas de montado de azinho e de olivais tradicionais, o que proporciona condições favoráveis à ocorrência de aves estepárias, com destaque para o sisão (*Tetrao tetrix*) e para abetarda (*Otis tarda*). A ZPE de Reguengos constitui um papel importante na conservação da avifauna, que se reflete na diversidade e abundância de espécies encontradas nesta região.

Na Herdade do Barrocal, os *habitats* que requerem uma maior atenção, ao nível da gestão e da conservação e que se encontram classificados na RN2000, são o habitat

prioritário 6220 «Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*» e o habitat 6310 «Montados de *Quercus spp.* de folha perene». (CCDRA, 2013). Este último caracteriza-se por um conjunto de estruturas culturais de origem antrópica, onde dominam um coberto arbóreo variável, pouco denso, de sobreiros e azinheiras associado a um sistema extensivo de pastorícia. O habitat prioritário 6220 está inserido no macro-habitat Malhadal-Barroca e caracteriza-se pela presença de comunidades herbáceas dominadas por gramíneas anuais e/ou perenes submetidas a uma pressão variável de pastoreio e que se desenvolvem em solos oligo a mesotróficos, mais ou menos profundos. (idem).

Existem ainda outros sistemas ecológicos, que se destacam que pela sua singularidade na paisagem e pela relevância para a fauna, são eles os olivais tradicionais e os “barrocais” constituídos por diversas espécies de flora autóctone como o zambujeiro, aroeira, a murta e a gilbardeira. É ainda atribuída a possibilidade de ocorrência de 6 espécies da flora com estatuto de proteção elevado, são elas *Linaria ricardoi*, *Myosotis lusitânica*, *Narcissus humilis*, *Marsilea Batardea* e *Ruscus aculeatus*. (ibidem).

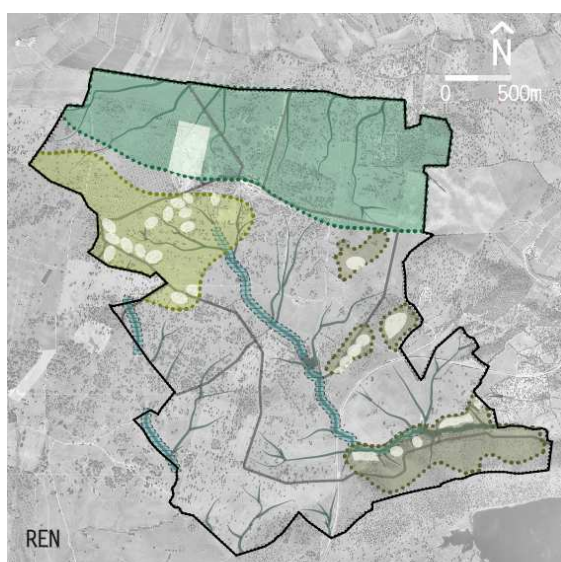
---

<sup>31</sup>Do inglês Important *Bird and Biodiversity Areas*.

### 2.3.3. Relação com os Instrumentos de Gestão do Território

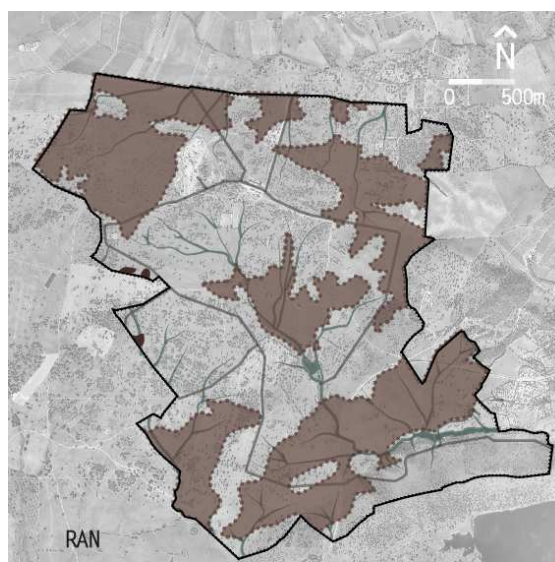
A área do PPHB é regulada pelo Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA), pelo Plano de Ordenamento de Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP) e pelo Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz (PDMRM). Em relação ao PROZEA a Herdade do Barrocal localiza-se no eixo de desenvolvimento turístico designado por «Eixo Reguengos-Monsaraz-Mourão-Nova Aldeia da Luz» e está inserida na área «T2- Corval-Monsaraz» referente às áreas de localização preferencial de empreendimentos turísticos estruturantes.

A nível de servidões e restrições de utilidade pública indicadas no PDMRM, a Herdade do Barrocal é abrangida pela REN (Fig.27), RAN (Fig.28), Domínio Público Hídrico, Zona de proteção a marco geodésico, Faixa de proteção à estrada municipal e Povoamento de azinheira e/ou sobreiro. Embora o projeto do CT de São Lourenço do Barrocal se sobreponha a áreas de REN e RAN, apenas as áreas de REN foram parcialmente desafetadas para a instalação das unidades de alojamento. Em áreas de RAN, todos os usos previstos após a revisão do PPHB, são compatíveis com este regime.



- Cabeceiras das linhas de água
- Área de máxima infiltração
- Áreas com riscos de erosão
- Domínio Público Hídrico
- Áreas a desafectar (previstas no PPHB)

Figura 266 // Áreas da Herdade do Barrocal condicionadas pela Reserva Ecológica Nacional. (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB)



- Áreas da Reserva Agrícola Nacional

Figura 28 // Áreas da Herdade do Barrocal condicionadas pela Reserva Agrícola Nacional. (Fonte: Elaboração própria com base no PPHB)



#### 2.3.4. Sustentabilidade do Empreendimento Turístico: Apreciação Global

O CT de São Lourenço do Barrocal é um empreendimento que, de forma estruturada e organizada, associa a oferta hoteleira à paisagem rural, às atividades culturais da região e à atividade agrícola. Embora se encontre inserido na área abrangida pelo PROZEA e pelo POAAP, este é um projeto que se distingue dos demais projetos programados para área próxima ao plano de água do Alqueva. São Lourenço do Barrocal desenvolve-se a partir do Monte da Herdade do Barrocal, aproveitando um conjunto de estruturas e mantendo a identidade do local, com um projeto despretensioso e sem luxos excessivos. A ocupação prevista é de baixa densidade, longe das margens da albufeira do Alqueva consideradas zonas ecologicamente sensíveis, as áreas RAN foram salvaguardadas e no ordenamento da herdade são consideradas matas de proteção e enquadramento, restabelecendo o equilíbrio de áreas de REN desafetadas.

O projeto de recuperação e adaptação do Monte da Herdade ao CT de São Lourenço do Barrocal, demonstra uma preocupação na valorização do património edificado pré-existente e um profundo respeito pela identidade deste lugar (Fig.29 e Fig.30).

Destaca-se ainda, pela intervenção mínima no traçado pré-existente e pela utilização de materiais tradicionais- telha de adobe, tijolo burro, argamassas de inertes e tijoleira feita à mão<sup>32</sup>. (São Lourenço do Barrocal, s/d a). O abastecimento de água ao empreendimento turístico é feito com recurso a cinco furos de água, sendo que quatro estão em funcionamento e 1 encontra-se reservado para situações de emergência. (São Lourenço do Barrocal, s/d a).

As moradias previstas para o núcleo de Arrifes e Pinheiro (Fig.31) apresentam a mesma ideologia do projeto de recuperação do Monte. A localização dos lotes segue o mesmo princípio que o dos povos do neolítico, que instalaram as suas casas nos barrocais, tentando assim recriar de forma integrada, um padrão de ocupação humana. A partir destes locais «as várias casas podem encontrar o seu lugar, o seu espaço entre as pedras, evitando as vistas umas das outras e ao mesmo tempo criar relações muito intensas com a paisagem como espaço.» (Gomes da Silva, s/d).

---

<sup>32</sup>Feitas à mão na localidade vizinha de São Pedro do Corval.



Figura 29 // «Rua do Monte» e edifícios do Monte em 2014. (Fonte: Arquivo pessoal)



Figura 30 // «Rua do Monte» e edifícios do Conjunto Turístico na atualidade. (Fonte: [goo.gl/Bd4dkQ](http://goo.gl/Bd4dkQ), acessado a outubro de 2016)



Figura 31 // Imagem 3D da “Casa Pawson” desenhada pelo arquiteto John Pawson. (Fonte: <http://www.simplicitylove.com/2013/12/sao-lourenco-do-barrocal-portugal.html>, acessado a outubro 2016)

A interpretação do terreno e da vegetação de cada um dos barrocais e a escolha da melhor posição para a implantação das moradias, foi feita numa estreita colaboração entre a equipa de arquitetos paisagistas e a equipa de arquitetura, conseguindo assim um projeto com o edificado bem integrado na paisagem e que não compromete um contínuo natural.

Este projeto procura, acima de tudo, tirar partido das especificidades biofísicas e culturais da paisagem. No essencial valoriza o uso do solo existente, com destaque para o montado, culturas arvenses, a vinha e o olival e prevê o incremento da estrutura ecológica, ao procurar desenvolver um mosaico paisagístico diversificado. Sendo o uso do solo dominante da Herdade do Barrocal o montado, importa referir o seu peso neste projeto e de que forma pode coexistir com um empreendimento turístico. Os proprietários têm a consciência de que um modelo agropecuário produtivista e intensivo não é sustentável e que é emergente adotar uma visão integrada e multifuncional, que garanta não só a produção e comercialização de produtos, mas também uma série de serviços dos ecossistemas. A exploração turística sustentável que se pretende implementar na herdade, tira partido da multifuncionalidade do montado. Sem comprometer a dimensão

ecológica do montado – preservação do solo e da água, conservação da biodiversidade, regulação do microclima e prevenção da erosão, assegura-se a produção de cortiça, de carne de bovino e suíno, ervas aromáticas e mel (São Lourenço do Barrocal, s/d b). São ainda exploradas outras culturas que coexistem com o Montado das quais resultam a produção de azeite, vinho e hortícolas biológicas. (São Lourenço do Barrocal, s/d b). Está ainda previsto a instalação de matas de proteção e enquadramento que para além dos serviços ecológicos e paisagísticos que potenciam, irão compensar áreas de REN desafetadas (ver Anexo 2).

Ao nível do solo, os principais problemas da herdade identificados - erosão por escoamento superficial e o baixo índice de fertilidade, poderão ser reduzidos através da consolidação e densificação da vegetação nas zonas de cabeceira, de forma a promover uma maior infiltração da água no solo que levará ao conseqüente aumento da fertilidade do solo, à redução do escoamento superficial e ao restabelecimento do equilíbrio natural do sistema hídrico. (Magalhães, 2001). A recuperação ou instalação de novas sebes de compartimentação associadas às parcelas de produção agrícola e aos caminhos, são também indispensáveis para a redução da

ação mecânica dos ventos (erosão eólica) e uma maior drenagem dos solos.

Em relação ao sistema hídrico, é de referir a importância da recuperação das linhas de água enquanto elemento principal da estrutura ecológica. O PPHB prevê a recuperação da galeria ripícola e mata ribeirinha associada à ribeira de Vargel, constituindo um corredor ecológico interligado com a albufeira do Alqueva. Uma galeria ripícola bem estruturada promove a melhoria na qualidade da água e do ar, criação de habitats e manutenção da biodiversidade, diminuição dos riscos de erosão do solo, conservação do solo, regulação do microclima, entre outros. Esta ação valoriza ainda a paisagem, do ponto de vista estético, com a introdução de vegetação ribeirinha, a que lhe estão associadas a cor, textura, movimento, forma e contraste com os elementos dominantes da paisagem. (idem).

A nível socioeconómico, a implementação do empreendimento turístico da Herdade do Barrocal, apresenta-se como um *input* positivo para o concelho de Reguengos de Monsaraz, pela criação de postos de trabalho, ocupados na sua maioria por pessoas provenientes da região, aumento de camas

turísticas e reativação da atividade agrícola (CCDRA, 2013). Com este projeto, prevê-se o aumento de 2,2% na capacidade hoteleira do Alentejo e receitas na ordem dos 140% em ano cruzeiro<sup>33</sup>. (CCDRA 2013). O carácter inovador do projeto que concilia arquitetura de autor com sustentabilidade e a sua coerência estratégica com o PENT, resultarão certamente em impactos socioeconómicos elevados e muito significativos. (CCDRA, 2013). Também a diversidade e abundância de espécies de aves poderá levar ao aumento do turismo ornitológico, impulsionando o comércio e a economia local através não só da hotelaria e restauração, mas também do artesanato e produtos locais adquiridos por este tipo de turistas.

Em síntese, considera-se que as transformações resultantes da implementação do CT de São Lourenço do Barrocal contribuem para o desenvolvimento sustentável da região pois, desde o início, foram consideradas questões essenciais como a conservação dos valores permanentes, utilização racional dos recursos, a manutenção da continuidade dos processos físicos e biológicos e a valorização do património arquitetónico e arqueológico no progresso e bem-estar da comunidade.

---

<sup>33</sup>Indicado para 2017.

Face ao mencionado pode-se concluir que, conservação ecológica e exploração turística não são totalmente incompatíveis, desde que exista uma adequada ponderação dos valores e problemas presentes e uma gestão adequada integrada, algo que o CT de São Lourenço do Barrocal tem como divisa. Nomeadamente expressos nas ações/previsões de:

- a) Valorização do património edificado e arqueológico pré-existente, respeitando a identidade do lugar;
- b) aproveitamento de estruturas edificadas pré-existentes e ocupação de baixa densidade, salvaguardando as margens do plano de água, áreas RAN e zonas ecologicamente sensíveis;
- c) implantação de novas estruturas edificadas em lotes cuja localização resultou de um profundo conhecimento e estudo da paisagem;
- d) valorização do uso do solo existente, procurando desenvolver um mosaico paisagístico diversificado;
- e) aposta no valor estético da paisagem;
- f) assegura um sistema produtivo da paisagem que coexiste com a exploração turística, sem comprometer o equilíbrio ecológico;

- g) criação de postos de trabalho, ocupados por pessoas provenientes da região;
- h) contribuição no desenvolvimento económico, essencialmente pela reativação da atividade agrícola e maior número de turista que afluem à região.









## 2.4. CONJUNTO TURÍSTICO TRÓIA RESORT

### 2.4.1. Enquadramento

O Tróia Resort é um empreendimento turístico implementado desde 2008 na extremidade norte da Península de Tróia no concelho de Grândola e é considerado um projeto PIN. A Península (Fig.32) é uma restinga arenosa, com cerca de 0,5 km a 1,8 km de largura e 25 km de comprimento, estendendo-se segundo a direção NW-SE, desde a barra do estuário do Sado até à povoação do Carvalhal, onde se enraíza, constituindo assim a margem sul da embocadura do estuário do Sado. (Brito, 2009).

Tróia é considerada uma zona de vocação turística desde os anos 60. Em 1970, a empresa turística Torralta, iniciou a construção dos primeiros empreendimentos turísticos, no entanto em 1974, devido à má gestão financeira e sobre-exploração do modelo “sol e mar” a empresa acabaria por entrar em rutura. Em 1997 a Sonae adquire a Torralta e em 1999 submete um plano de investimento, que prevê 7250 camas para Tróia. Em 2005 são demolidas cerca de 40% das estruturas construídas pela Torralta, dando lugar ao atual empreendimento turístico promovido pela Sonae, o Tróia Resort. O CT entrou em funcionamento em 2008 assim como a marina e o cais de *ferries*.

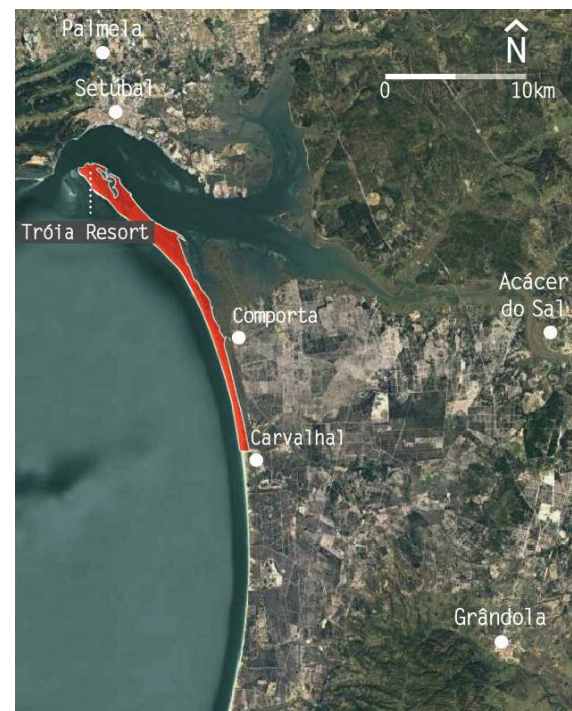


Figura 32 // Enquadramento geográfico da Península de Tróia. (Fonte: Adaptado de fotografia aérea do Google Earth, acedida em dezembro de 2017)

O Troia Resort é constituído por quatro zonas distintas, denominadas Unidades Operacionais (UNOP), definidas pelo Plano de Urbanização de Tróia (Fig.33 e Fig.34). São elas:

UNOP 1 // Área principal do empreendimento que se desenvolve em 43 hectares e que inclui 3 aparthotéis de 4 estrelas, um centro de eventos, um hotel de 5 estrelas com centro de congressos e casino, 3 núcleos de apartamentos turísticos, infraestruturas desportivas, restaurantes e lojas, um posto médico e uma marina com capacidade para 184 embarcações;

UNOP 2 // Área junto à praia com 78 hectares que integra um conjunto de 96 lotes para moradias e 90 *townhouses*;

UNOP 3 // Área com 101 hectares que integra um campo de golfe, um *Clubhouse* e uma área de 20,3 hectares onde se prevê a instalação de um Hotel de 5 estrelas;

UNOP 4 // Área com 264 hectares, que integra vestígios arqueológicos e onde se prevê a construção de um centro de interpretação ambiental e arqueológico, um estabelecimento hoteleiro, um aldeamento turístico, um centro desportivo e um centro científico e ambiental.



Figura 33 // Unidades Operacionais (UNOP) previstas no Plano de Urbanização de Tróia. UNOP's do Tróia Resort destacadas a vermelho – UNOP 1,2,3,4. (Fonte: Elaboração própria, adaptado do PUT)

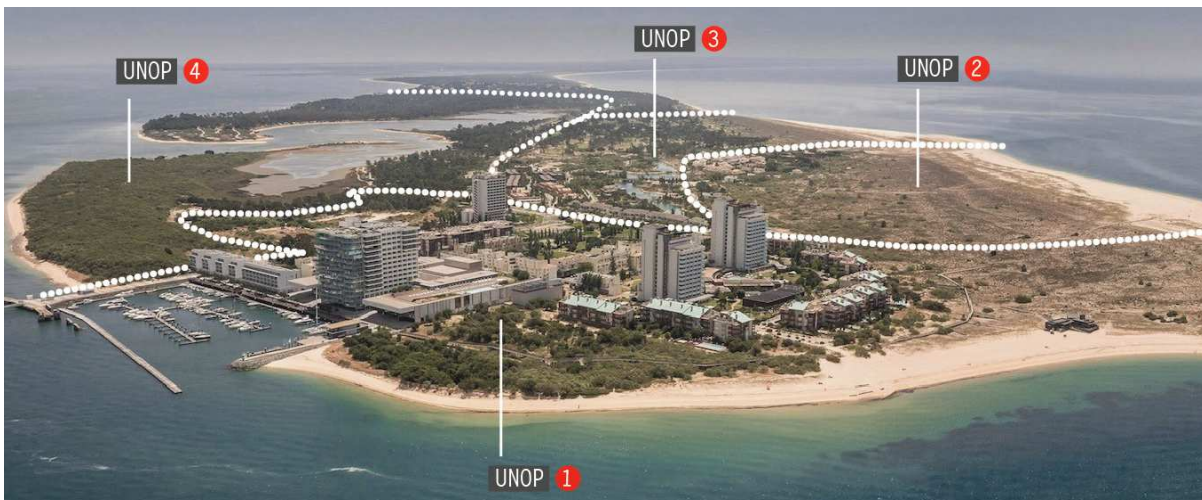


Figura 34 // Imagem aérea do Tróia Resort com a delimitação das Unidades Operacionais (UNOP) previstas no Plano de Urbanização de Tróia. (Fonte: Elaboração própria sobre fotografia disponível em <http://https://goo.gl/rjWQTn>, acessado a dezembro de 2017)

O principal acesso viário à Península de Tróia é feito a partir da estrada N253-1 que liga a Comporta ao extremo norte da península (UNOP 1). A travessia fluvial é realizada por *ferries* e *catamaran*, que se revestem num serviço público de transportes. Ambos fazem a ligação Setúbal-Tróia sensivelmente de hora em hora. Existe ainda uma Marina para uso exclusivo dos utentes do Tróia Resort e uma ciclovia com uma extensão de cerca de 5km.

#### 2.4.2. Caracterização da Paisagem

Apesar de a península de Tróia pertencer administrativamente ao concelho de Grândola, a sua forte relação com o estuário do Sado leva a que sejam considerados outros concelhos na caracterização biofísica, nomeadamente os concelhos de Alcácer do Sal, Setúbal e Palmela.

##### 2.4.2.1. Síntese Fisiográfica

O concelho de Grândola, ao qual pertence administrativamente a Península de Tróia, assim como o concelho de Alcácer do Sal, caracterizam-se morfológicamente por um relevo pouco acentuado, onde predominam as cotas entre os 50 e os 100 metros (Fig.35 e Fig.38). As cotas mínimas correspondem ao nível do mar, junto ao rio Sado e ao longo do estuário do Sado e as cotas mais elevadas

correspondem à Serra de Grândola (325 metros), que marca a zona norte do concelho de Grândola e à Serra da Arrábida (500 metros) que se estende ao longo da linha de costa desde Setúbal até ao Cabo Espichel (Fig.35 e Fig.39).

Da análise das orientações de encostas, verifica-se que predominam as encostas frias (N, NE e NO), principalmente, imediatamente a norte do Estuário do Sado e entre Alcácer do Sal e Grândola. Esta área apresenta, maioritariamente, declives pouco acentuados, sendo que os maiores declives correspondem à Serra de Grândola e à Serra da Arrábida (Fig.35).

Os concelhos de Alcácer do Sal e de Grândola, ao qual pertence a Península de Tróia, são abrangidos pela bacia hidrográfica do Sado, integrada na Região Hidrográfica do Sado e Mira. O rio Sado nasce na Serra da Vigia (concelho de Ourique) a cerca de 230 metros e desagua no oceano atlântico, na área de estudo. Morfológicamente o estuário do Sado apresenta zonas complexas, com curvaturas acentuadas e extensas zonas espaiadas de maré e sapais a montante.



Figura 35 // Carta de Síntese Fisiográfica da área em estudo, que abrange, na sua maioria, os concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Setúbal. (Fonte:Elaboração própria)

Da análise da Península de Tróia conclui-se que esta apresenta um relevo aplanado com declives suaves, cujas cotas máximas se situam na ordem dos 25 a 30m e correspondem à última geração de cordões dunares. A formação da restinga de Tróia é resultado da elevação da Serra da Arrábida que fornece abrigo das correntes marítimas predominantes de noroeste e que levou à permanente deposição de areias e avanço da linha de costa de sul para norte. (Câmara Municipal de Grândola, 2015).

De referir ainda a formação de um depósito arenoso denominado Banco do Cambalhão, adjacente à foz do Rio Sado e com morfologia variável dependendo das correntes marítimas e ainda a Laguna da Caldeira situada no extremo norte da península e que se caracteriza por uma área maioritariamente intertidal, que comunica com o estuário do Sado por uma embocadura confinada (Fig.36 e Fig.37). (Câmara Municipal de Grândola et al, s/d).



Figura 36 // Vista sobre a Península de Tróia a partir da Serra da Arrábida. (Fonte: <https://imagens.publicocdn.com/imagens.aspx/1095211?tp=UH&db=IMAGENS>, acessido a dezembro de 2016)



Figura 37 // Relação da Serra da Arrábida e do Estuário do Sado com a Península de Tróia. (Fonte: <http://www.pestana.com/pt/hotel/pestana-troia>, acessado a novembro de 2016)



Figura 38 // Vista sobre a Península de Tróia. (Fonte: <http://www.pestanatroia.com/wp-content/uploads/2015/06/troia-resort.jpg>, acessado a novembro de 2016)



Figura 39 // Relação entre a Península de Tróia e a Serra da Arrábida. Foto tirada a partir do Estuário do Sado. (Fonte: <http://www.pestanatroia.com/wp-content/uploads/2015/06/troia-resort.jpg>, acessado a novembro de 2016)

#### 2.4.2.2. Solo

Os solos que predominam na Península de Tróia (Regossolos Psamíticos Não Húmidos) caracterizam-se por solos arenosos, soltos, mais ou menos ácidos e muito pouco diferenciados, possuindo por vezes um delgado horizonte superficial com pequena acumulação de matéria orgânica (Câmara Municipal de Grândola, 2015). Na zona central da península, na margem estuarina, ocorre uma pequena mancha de solos halomórficos ocupados por áreas de sapal e que se caracterizam pela sua moderada a elevada salinidade. A partir da povoação do Carvalhal, onde enraíza a Península de Tróia, encontramos uma faixa de Solos Orgânicos Hidromórficos que apresentam elevado teor de matéria orgânica e que justificam a exploração do arrozal nesta zona.

#### 2.4.2.3. Humanização

Desde sempre que o mar, os cursos de água doce e os lagos determinaram a instalação dos núcleos populacionais aos quais se associavam a pesca e exploração dos recursos marinhos, a navegação, a defesa territorial e comércio. (Fonseca, 2004). Neste contexto, a Península de Tróia é um local geograficamente privilegiado, pela sua relação com o estuário do Sado e com o mar. Entre o séc.I e o séc.VI, durante a ocupação romana, Tróia terá sido um dos mais

importantes centros de salga de peixe do mediterrâneo Ocidental, que integrava um vasto conjunto de tanques retangulares e quadrangulares. (Fonseca, 2004). Por volta do início do séc. VI, primeiro pela decadência do Império e depois pela possível submersão ou transgressão marítima, Tróia desapareceu. (idem). Atualmente, as ruínas que se encontram na parte nordeste da península testemunham a presença romana e as atividades piscatórias exploradas.

Durante a primeira metade do séc. XX, os transportes e a mudança de proprietários determinaram a alteração dos usos na península - na faixa interior (propriedades privadas) dominava o uso agrícola e florestal e nas faixas periféricas (domínio público hídrico) os *banhos* adquiriram enorme importância enquanto uso complementar do solo. As melhorias nas travessias do estuário e dos transportes rodoviários e ferroviários, que faziam ligação a Lisboa, ao Alentejo e à fronteira de Elvas-Caia, foram determinantes no acesso das pessoas às praias de Tróia. (Ferreira, 2004). Assim, durante a época balnear, as faixas periféricas - ribeirinha e marítima, eram “invadidas” por milhares de veraneantes que ali se vinham *banhar*. (idem).

Em 1962, a venda das propriedades privadas por parte da Sociedade Agrícola de Tróia à Soltróia, marca uma nova mudança dos usos do solo. As áreas anteriormente cultiváveis são progressivamente substituídas pelas urbanizações turísticas e os banhos, que ocorriam quase exclusivamente na época balnear, passaram a ser substituídos por

atividades turísticas que decorrem durante todo o ano (ibidem). Ao empreendimento Soltróia, juntaram-se outros, nomeadamente o Pestana Tróia *Eco-Resort & Residences*<sup>34</sup> e o Tróia Resort<sup>35</sup> definindo até à atualidade um uso e ocupação do solo vocacionado para o turismo (Fig.40, Fig.41 e Fig.42).



Figura 40 // Vista aérea da Península de Tróia com o empreendimento da Torralta. (Fonte <http://tripalma.blogspot.pt/2014/10/has-oido-hablar-de-troia.html?pref=pi>, acedido em novembro de 2016)



Figura 41 // Vista aérea da Península de Tróia com o Troia Resort. (Fonte: [http://3.bp.blogspot.com/-eobjp0CNMq4/TjatSInmdeI/AAAAAAAAAWw/\\_L1CsBbB9Kg/s1600/peninsula\\_troia.jpg](http://3.bp.blogspot.com/-eobjp0CNMq4/TjatSInmdeI/AAAAAAAAAWw/_L1CsBbB9Kg/s1600/peninsula_troia.jpg), acedido a novembro de 2016)

<sup>34</sup>Do Grupo Pestana - *Intervisa Viagens e Turismo, Lda*.

<sup>35</sup>Do Grupo Sonae - *Sonae Investimentos, SGPS, SA*, que comprou a Torralta.





Figura 42 // Vista sobre a Península de Tróia, com a localização das ruínas romanas e dos empreendimentos turísticos implantados na península. (Fonte: <https://goo.gl/maps/19xwigibQMK2>, acessido em novembro de 2016)

#### 2.4.2.4. Valores Bióticos

A Península de Tróia é em parte abrangida pela Reserva Natural do Estuário do Sado, com a classificação de Reserva Botânica das Dunas de Tróia (Fig.43). Este estatuto específico deve-se ao bom estado de conservação da vegetação natural e das formações dunares. A reserva abrange parte da zona sudeste da península e nela foram identificadas diversas espécies endémica protegidas pela Diretiva Habitats (Fig.44), das quais se podem encontrar: *Jonopsidium acaule* (coleária-menor), *Thymus carnosus* (tomilho-carnudo), *Thymus capitellatus*, *Santolina impressa* e *Linaria ficalhoana*. A área compreendida pela Diretiva Habitats prolonga-se por toda a restante faixa este da península, abrangendo a UNOP4 do Tróiaresort e na qual ocorrem importantes espécies e habitats, dos quais a espécie *Jonopsidium acaule*, o habitat Matos litorais de zimbros (*Juniperus spp.*) e o habitat Florestas dunares de *Pinus pinea* e *Pinus pinaster*. (ICNF, s/d). Na Península de Tróia é possível encontrar ainda outras espécies vegetais associadas a diferentes zonas e tipologias tais como:

a) vegetação dunar – ocorre ao longo da orla marítima e a sua diversidade variada decorre das diferentes fases de fixação das dunas pelo vento;

b) matos – ocorrem em superfícies onde existe uma maior fixação de solo e são normalmente pontuados por pequenas clareiras herbáceas da espécie *Tuberaria guttata*;

c) sapal – no estuário do Sado encontram-se grandes manchas de sapal, uma delas ocorre a sul da península, junto à Comporta onde ocorrem os solos holomórficos;

d) pinhais – ocorrem em manchas constituídas por povoamentos puros de *Pinus pinea* (pinheiro manso) e de *Pinus pinaster* (pinheiro bravo) e ocorrem sobretudo na faixa central da Península de Tróia. O sub-bosque destas áreas é formado por espécies arbustivas e herbáceas espontâneas na região. (ICNF, s/d).

A nível faunístico, é possível encontrar na península um enorme número de espécies de aves, na sua maioria consideradas de estatuto de conservação desfavorável, pelo que o Estuário do Sado está classificado como Área Importante para as Aves e Biodiversidade (IBA) e protegido pela Diretiva Aves<sup>36</sup>. O Estuário do Sado alberga ainda uma população de roazes única no País, a qual é protegida pela Diretiva Habitats<sup>37</sup> e pelo Decreto-Lei n.º 263/81, de 3 de setembro, que regulamenta a proteção dos mamíferos

<sup>36</sup>Diretiva n.º 79/409/CEE revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro.

<sup>37</sup>Diretiva 92/43/CEE

marinhos nas águas interiores, mar territorial e Zona Económica Exclusiva. As principais espécies da alimentação dos roazes são os moluscos bivalves, choco e juvenis de peixes chatos, que se desenvolvem a baixa profundidade e beneficiam das correntes

paralelas à costa marítima de Tróia. (ICNF, s/d). A costa da península de Tróia encontra-se totalmente abrangida pela «área de ocorrência mais frequente» de roazes (Fig.44).



Figura 43 // Área próxima à Península de Tróia protegida pela Reserva Natural do Estuário do Sado e da Reserva Botânica das Dunas de Tróia. (Fonte: elaboração própria com dados disponibilizados pelo ICNF)

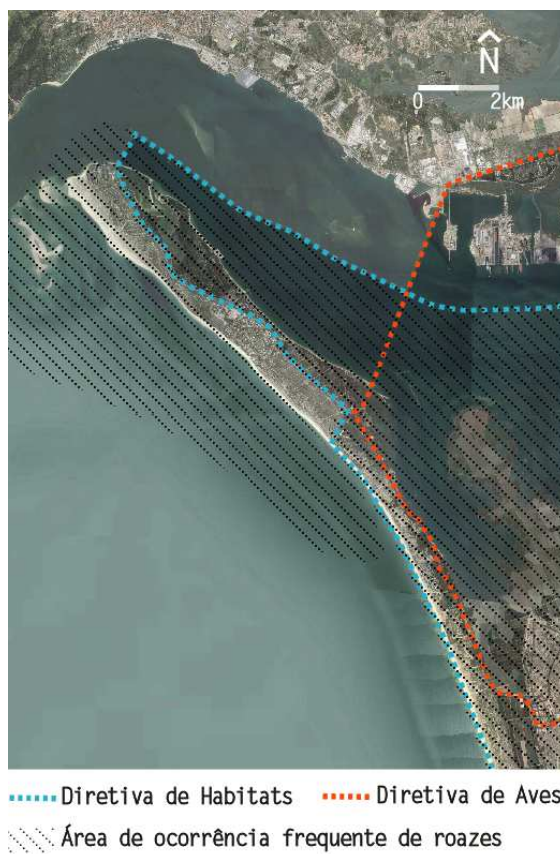


Figura 44 // Área próxima à Península de Tróia abrangida pela Diretiva de Aves, Diretiva Habitats e “ocorrência mais frequente” de roazes. (Fonte: elaboração própria com dados disponibilizados pelo ICNF)

### 2.4.3. Relação com os Instrumentos de Gestão do Território

Na área ocupada pelo Tróia Resort vigoram o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral (PROF AL), o Plano Regional de Ordenamento do Alentejo (PROT Alentejo), o Plano Diretor Municipal de Grândola (PDM Grândola), o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e o Plano de Urbanização de Tróia (PUT). O PUT divide a Península de Tróia em nove unidades operacionais (UNOP) associando a cada uma delas uma vocação/atividade. O Tróia Resort compreende a UNOP 1, 2, 3 e 4.

A nível de servidões administrativas e restrições de utilidade pública incidem na área do Troia Resort a REN, Domínio Público Hídrico, Zona das Ruínas de Tróia, Servidões da rede de distribuição de energia elétrica, área de jurisdição da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, rede rodoviária, rede de distribuição de água e drenagem de águas residuais.

### 2.4.4. Sustentabilidade do CT Tróia Resort: Apreciação Global

O CT Tróia Resort apresenta-se como um empreendimento direcionado para os produtos «Sol e Mar», golfe, turismo

residencial, turismo de natureza, turismo náutico e reuniões, congressos e incentivos. O Troia Resort pretende ser um espaço de lazer com uma oferta diversificada de atividades durante todo o ano, tirando partido da «vantagem competitiva» da singularidade da paisagem onde se insere». (Imoareia, 2013).

O Troia Resort, que se distribui pelas UNOP's 1,2,3 e 4, oferece um total de 7430 camas<sup>38</sup> (das quais 6424 turísticas e 1006 residenciais) e compreende uma área total de 486ha, dos quais 380ha correspondem a área construída. Ao nível da composição arquitetónica, verifica-se uma desarticulação entre os diferentes edifícios, tanto pela sua implantação desordenada, como pelas diferentes volumetrias altimétricas (ver Anexo 3). Considera-se que a carga de ocupação e utilização do solo é excessiva, pela densidade das estruturas edificadas, das infraestruturas que lhe estão associadas e pela afluência de visitantes que aqui ficam hospedados, representando uma ameaça ao equilíbrio natural da Península de Tróia. À área construída acresce a área dedicada ao campo de golfe, que apesar de representar uma área permeável, a quantidade de água para a rega representa mais de 50% dos consumos de água totais do

---

<sup>38</sup>Previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2000, que aprova o Regulamento do Plano de Urbanização de Tróia.

Tróia Resort (Imoareia, 2013), ao que se associa a utilização de produtos químicos para a manutenção do relvado, o que poderá colocar em causa a contaminação do solo e da água. No conjunto, estão em causa a impermeabilização do solo, perda da qualidade paisagística, descaracterização do local, permanente perturbação humana sobre as espécies e habitats, ameaça à conservação do solo e interferência na dinâmica natural das dunas.

Na zona junto à praia existem passadiços sobrelevados, que ajudam a minimizar os impactes provocados pelo aumento considerável de turistas e excursionistas que se deslocam entre a Marina e as praias Tróia-Mar e Tróia-Bico das Lulas.

A construção da Marina e do cais de *ferries* trouxe como principais consequências negativas a alteração da paisagem, a alteração da dinâmica costeira e impacte sobre os habitats e espécies. A Marina (associada à UNOP 1) tem capacidade para 184 embarcações e ocupa uma área de cerca de 2,7 hectares. Ao cais de *ferries* está associada uma rede de infraestruturas de apoio, nomeadamente parque de estacionamento automóvel, terminal e vias de acesso. Para além das próprias estruturas que constituem a marina e o cais de *ferries*, os acessos que os servem interferem ainda com os sistemas dunares e estuarinos por interromperem em

muitas situações o cordão dunar. A estes impactes acrescem os danos causados pela navegação, como a possibilidade de derrames de combustível ou óleo, as perturbações e ruído que poderão afetar a dinâmica populacional dos roazes e ainda a ação das ondas que geram problemas de erosão tanto na linha costeira como no fundo do estuário.

Em relação à população de roazes, não existe qualquer plano com estatuto legal que preveja a sua proteção (ICNB, 2009), o que poderá levar à deficiente proteção e monitorização da população colocando em risco a sua conservação. A isto acresce as cada vez maiores pressões antrópicas causadas pela intensificação do turismo em Tróia e que poderá afetar diretamente a dinâmica desta espécie.

As ruínas romanas de Tróia estão classificadas desde 1910 como Monumento Nacional por representarem elevado valor e interesse cultural. As ações propostas para a dinamização deste bem cultural, passam essencialmente pela conservação, valorização e visitas guiadas e está prevista a construção de um centro de interpretação ambiental e arqueológico. Em 2007, a fim de proteger a zona mais sensível e ameaçada do conjunto arqueológico, foi feita uma realimentação da praia com areias sobranças das obras do empreendimento turístico.

Ao nível socioeconómico, a Península de Tróia foi durante as décadas de 50 e 60, o principal destino das pessoas de cidades próximas. No entanto, após a venda de algumas propriedades à Soltroia, a Península de Tróia, tal como descreve Ferreira (cit. em Freitas, 2012), foi deixando de ser do povo e a crescente procura por parte de turistas vindos dos vários pontos do país e do estrangeiro mudou definitivamente o carácter da península. O crescente desenvolvimento turístico em Tróia podia ter resultado num novo impulso económico regional, compensando o fato de Tróia ter deixado de estar tão acessível às pessoas de classes mais baixas. No entanto, a aposta da Torralta num turismo massificado acabou por revelar fragilidades, levando ao declínio da empresa turística e consequente despedimento de trabalhadores. (idem). A Torralta foi vendida à atual empresa que explora o Tróia Resort, no entanto a situação de privatização da Península de Tróia não se reverteu. As manifestações, petições, discussões públicas e publicações, mostram o claro descontentamento das pessoas da região em relação à interdição ao espaço público, do espaço que dizem ser delas e não dos turistas. (ibidem).

Considera-se que a forma como o Tróia Resort está implementada, representa uma ameaça ao equilíbrio natural da Península de

Tróia, colocando em causa a sustentabilidade deste local, devido sobretudo a:

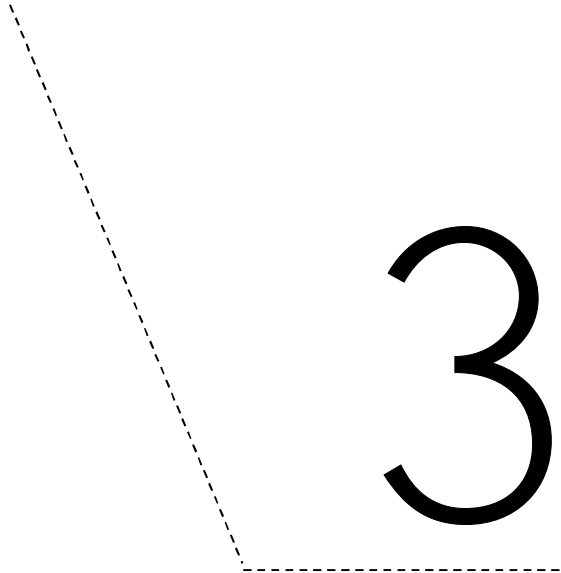
- a) Ocupação e utilização do solo excessiva;
- b) desarticulação entre os edifícios – diferentes volumetrias e implantação desordenada;
- c) ameaça à conservação do solo;
- d) interferência na dinâmica natural das dunas;
- e) permanente perturbação humana sobre as espécies e habitats;
- f) descaracterização do local e ameaça à qualidade paisagística;
- g) desrespeito pela identidade sociocultural da região.







REFLEXÃO CONCLUSIVA//  
PARA A CONVERSÃO  
DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS  
NÃO-SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL



3



### 3. REFLEXÃO CONCLUSIVA// PARA A CONVERSÃO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NÃO-SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL

Os problemas que afetam atualmente o território são resultado de um conjunto de decisões políticas e económicas baseadas apenas no crescimento económico, que olvidam o desenvolvimento integrado e sustentável e colocam em causa a identidade da paisagem. A sociedade parece acreditar na ideia de que basta reciclar, reduzir os consumos de água e usar transportes públicos para ser “amigo do ambiente”. É preciso mudar este paradigma. É urgente o entendimento profundo da paisagem não apenas na sua componente ecológica, física e visual, mas também na presença do Homem e das gerações, que a compreenderam, entenderam e a foram modificando (Telles, 2008). É preciso perceber que a identidade da paisagem é um valor importantíssimo a ter em conta nos planos de ordenamento, a uma escala local, nos planos e projetos mais específicos.

Com a crescente procura turística em Portugal, a instalação de empreendimentos turísticos tem vindo a aumentar, com

destaque para os Conjuntos Turísticos, que compreendem num único local várias tipologias e serviços. Este tipo de empreendimentos apresenta, no entanto e na sua maioria, sérios problemas para a paisagem, quer pela sua dimensão, quer pela forma como indiscriminadamente são aprovados. Considera-se fundamental que a sua implementação seja feita de forma integrada, com conhecimento dos valores biofísicos e ecológicos, onde não sejam utilizados os recursos paisagísticos e ecológicos como mera propaganda. O conhecimento da paisagem e da sua evolução ao longo do tempo, deve pesar na elaboração dos projetos, mantendo e valorizando assim o carácter do lugar, o *genius locci*.

Em relação aos instrumentos de gestão do território, de uma forma geral, os planos apresentam um conjunto de preocupações bastante atuais, com medidas bem elaboradas e conscientes. Enquanto instrumentos de proteção e conservação dos valores naturais e culturais, os planos salvaguardam áreas de

elevado interesse, apresentando restrições bem fundamentadas. No entanto, por vezes, o conteúdo é pouco detalhado ao nível da cartografia e a sua aplicação em coerência com os projetos nem sempre é bem esclarecida. O planeamento dos empreendimentos turísticos evidencia que se pode cumprir genericamente as orientações e políticas em vigor, podendo a sua concretização resultar em intervenções sustentáveis e valorizadoras da paisagem no contexto socioeconómico, como no caso de São Lourenço do Barrocal, ou resultar em ocupações incaracterísticas, sem qualquer preocupação com a identidade do lugar, nem às áreas protegidas, como acontece com o Tróia Resort.

A juntar a estas situações, existe o problema, cada vez mais emergente, da classificação dos Projetos de Potencial Interesse Nacional. Considera-se que este é um mecanismo acessível apenas para alguns, normalmente utilizado em benefício de interesses privados e onde o interesse público é completamente obliterado. Os projetos aprovados sobre este domínio, são normalmente de grande dimensão e alteram as paisagens e os sistemas que lhe estão associados, introduzindo desequilíbrios dificilmente reversíveis. Dos casos de estudo apresentados verifica-se, no entanto, que São Lourenço do Barrocal utiliza este recurso de forma conhecedora

dos seus princípios fundamentais, ao contrário do Tróia Resort que apenas o usou como forma de subjugar os bloqueios administrativos e garantir uma resposta célere.

Os Conjuntos Turísticos estudados – São Lourenço do Barrocal e Tróia Resort, apresentam um modelo turístico significativamente diferente entre si. De forma muito redutora pode-se concluir que, o primeiro é assente no princípio de que o turismo pode ser uma atividade complementar da paisagem, valorizando-a, o segundo baseado na paisagem enquanto impulsionadora do turismo, levando à sua destruição.

São Lourenço do Barrocal é um empreendimento que se diferencia pela sua integração, onde a arquitetura não se sobrepõe aos valores intrínsecos da paisagem e onde o turismo é encarado como uma atividade complementar aos sistemas de produção existentes. São Lourenço do Barrocal valoriza acima de tudo a identidade do lugar, estabelecendo uma continuidade temporal e mantendo um modelo de paisagem sustentável, capaz de absorver um projeto turístico de baixa densidade. O projeto de São Lourenço do Barrocal é resultado de uma análise rigorosa da Herdade do Barrocal, onde a especialidade de

arquitetura paisagista e a arqueologia tiveram um papel preponderante na interpretação da paisagem e na identificação dos padrões de ocupação humana. Uma análise determinante para a elaboração da proposta de ordenamento da Herdade do Barrocal e definição das principais decisões de projeto. Na dimensão social, São Lourenço do Barrocal pretende continuar a promover as interações sociais, através da programação de atividades ligadas à agricultura, arqueologia e etnografia, expandindo e partilhando os valores culturais.

O Troia Resort oferece um conjunto de serviços e equipamentos de luxo, apostando nos recursos ambientais, ecológicos e paisagísticos, como «produtos» exclusivamente turísticos. O Troia Resort surge como uma solução ao problema da Torralta, que configura, segundo os promotores, um novo modelo de ocupação, combatendo o turismo de massas através de um conjunto de atividades contínuas e de uso residencial. No entanto, considera-se que estas propostas, que se traduzem em campos de golfe e 1006 camas residenciais, poderão ser, não uma alternativa ao turismo de massas, mas sim um novo modelo do mesmo. De referir ainda, outros empreendimentos também estabelecidos e previstos para a península, que no seu conjunto totalizam

15307 camas. As preocupações ambientais por parte dos promotores do Troia Resort são expressas de muitas maneiras, uma delas traduz-se na declaração ambiental publicada anualmente, no entanto, considera-se que esta é uma prática que apenas mascara o verdadeiro problema. O que se assiste na Península de Troia, está longe de ser resolvido com medidas «levianas» de gestão ambiental, que apenas minimizam os impactes superficiais provocados pela implantação de um empreendimento turístico desta dimensão num território tão sensível. Esta é uma paisagem ameaçada, que dificilmente conseguirá restabelecer o seu equilíbrio natural, pelo menos à escala da vida humana. O Troia Resort demonstra ainda um desrespeito pela identidade sociocultural da comunidade desta região, sobretudo pela “privatização” das praias.

Conclui-se assim, que é necessário pensar no turismo como atividade integradora que promove a sustentabilidade dos sistemas produtivos e de proteção, mantendo a identidade da paisagem e garantindo o bem-estar das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras.

*«Só será possível desenvolver o turismo se  
mantivermos a escala e a harmonia das  
nossas paisagens rurais e urbana e a beleza  
selvagem da nossa costa.» (Telles, p 317)*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abranja, N. A. P. (2005). *A situação dos intermediários turísticos face à ameaça dos canais de reserva directos*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Dissertação de mestrado.
- AMDE (2008). *Caracterização Socio-económica dos Municípios da Rede de GADE'S do Distrito de Évora*. Évora: AMDE-Associação de Municípios do Distrito de Évora.
- Associação do Amigos da Torre do Tombo (2016). *Secretariado de propaganda Nacional/ Secretariado Nacional de Informação/ Secretaria de Estado do Turismo*. Acedido no website da: AATT: <http://www.aatt.org>
- Bernardo, C.A.P.S. (2013). *Contributo para a recuperação do turismo no Algarve: da imagética à gestão territorial*. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciência. Dissertação de mestrado.
- Brito, P.J.O. (2009). *Impactos da elevação do nível médio do mar em ambientes costeiros: O caso do estuário do Sado*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- Caeiro, J.C. (2005). *Os planos de fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós-guerra*. *Intervenção social*, 31, 193-219. Obtido a novembro de 2016, em blob:<https://web.whatsapp.com/4fdf8875-f6c0-4e94-baca-70464e554541>
- Câmara Municipal de Grândola (2015). *Revisão do Plano Diretor Municipal de Grândola – Relatório de Caracterização*. Grândola.
- Cancela d'Abreu, A. et al. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimentos Urbano.
- CCDRA (2013). *Declaração de Impacte Ambiental – Conjunto Turístico da Herdade de S.Lourenço do Barrocal*. Lisboa: Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento o Território.
- Ciegis, R. et al. (2009). *The Concept of Sustainable Development and its Use for Sustainability Scenarios*. *Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics*. 2:28-37
- Cotrim, J.P.C.S.B. (2010). *Tradutores e Propagandistas: da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.

Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraw-Hill

Cunha, L. (2006). *Economia e Política de Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.

Daniel, A. C. M. (2010). *Caracterização do Sector Turístico em Portugal*. Polytechnical Studies Review, VIII, nº 14, 255–276.

Decreto-Lei nº142/2008. Diário da República nº142, Série I.

Decreto-Lei nº 73/2009. Diário da República nº 181, Série I: 8126-8140.

DL nº 239/2012. Diário da República nº 212, Série I:6308-6346

Decreto-Lei nº 15/2014. Diário da República nº 16, Série I: 480-505

Ferreira, J.G. (2004). *Usos humanos da natureza: O exemplo da Península de Tróia*. Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Artes e Culturas (p. 71-79).

Fonseca, C. P. (2004). *A terra sigillata do fundeadouro de Tróia*. Revista Portuguesa de Arqueologia, 7 (1), 421-449. Obtido a outubro de 2016, em [http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/7\\_1/16.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/7_1/16.pdf)

Freitas, H.S. (2012). *A expressão anarquista nas paredes de Setúbal: o cavalo de batalha de Tróia*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa. Paper.

Frazão, S.R.S (2010). *Alqueva, paisagem em transformação. Tese de Mestrado em Arquitectura Paisagista*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de mestrado.

Gomes, M.V. (2007). *Estela-menir da Herdade do Barrocal, resultados dos trabalhos de 1995*. Revista Portuguesa de Arqueologia, 10 (1), 43-71.

Gomes da Silva, João (s/d). *São Lourenço do Barrocal*. Acedido a setembro de 2016 em <https://barrocal.pt/pt/residences/plots-architecture/>

Heinen, Joel T. (1994). *Emerging, diverging and converging paradigms on sustainable development*. The International Journal of Sustainable Development and World Ecology. 1, 29.

ICNB (2009). Plano Sectorial da Rede Natura 2000. ICNB.



ICNF (s/d). *Reserva Natural do Estuário do Sado – flora*. Acedido a novembro de 2016, em <http://www.icnf.pt/portal/ap/r-nat/rnes/flora>

Imoareia (2013). *2013 - Declaração Ambiental Troia Resort*. Acedido a novembro de 2016, em [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.infratroia.pt/InfratroiaSite/media/InfratroiaDocs/Ambiente/TROIA-Declaracao-Ambiental\\_9JUL2014.pdf](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.infratroia.pt/InfratroiaSite/media/InfratroiaDocs/Ambiente/TROIA-Declaracao-Ambiental_9JUL2014.pdf)

INE (2011). *Censos 2011, Resultados provisórios*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE (2015). *Estatísticas do Turismo 2015*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

IUCN, UNEP e WWF (1991). *Caring for the Earth – A Strategy for Sustainable Living*.

Lei n.º 48/1998. Diário da República n.º 184, Série I:3869-3875.

Lei n.º 58/2007. Diário da República n.º 170, Série I:6126-6181.

Lei n.º 19/2014. Diário da República n.º73, Série I: 2400-2404.

Magalhães, M.R. (2001). *A Arquitectura Paisagista - morfologia e complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa.

MAMAOT (2011). *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas na Região Hidrográfica, 7, Vol I, Parte 2*. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

MAOTE-Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2015). *Compromisso para o Crescimento Verde*. MAOTE. Lisboa

Mendes, A. R. C. (2010). *Avaliação da Qualidade Cénica da Paisagem - Aplicação da Metodologia de Steinitz ao Litoral Alentejano*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de mestrado.

OECD (2011). *A Caminho do Crescimento Verde: Um Sumário para os Decisores Políticos*. OECD. Paris.

PCM-Presidência do Conselho de Ministros (2003). Resolução do Conselho de Ministros n.º97/2003. Diário da República n.º176, Série I:4550-4551

PCM - Presidência do Conselho de Ministros (2005). Resolução de Conselho de Ministros n.º 95/2005 de 24 de maio. Diário da república n.º100, Série I: 3518-3520

PCM - Presidência do Conselho de Ministros (2010). Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2010 de 2 de agosto. Diário da República n.º148, Série I: 2962-3129

PCM-Presidência do Conselho de Ministros (2013). Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013 de 16 de abril. Diário da República n.º74, Série I:2170-2202.

São Lourenço do Barrocal (s/d a). *São Lourenço do Barrocal - Plano de Gestão e Sustentabilidade*. Acedido a novembro de 2016 em [https://barrocal.pt/upload/files/Plano\\_Gesta%CC%83o\\_Sustentabilidade\\_R.pdf](https://barrocal.pt/upload/files/Plano_Gesta%CC%83o_Sustentabilidade_R.pdf)

São Lourenço do Barrocal (s/d b). *São Lourenço do Barrocal*. Acedido várias vezes em <https://barrocal.pt/pt/>

Telles, G. R. et al (2003). *A Utopia e os Pés na Terra*, p317. Instituto Português dos Museus.

Telles, G.R. (2004). *Requalificar para valorizar*. Pessoas e lugares. Jornal de animação da rede portuguesa LEADER+; 16 (II); 2. Obtido a outubro de 2016, em <http://www.minhaterra.pt/wst/files/jornalpl16.pdf>

Telles, G.R. (2008). *Em nome da terra*. (vídeo). Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=IJ684wff96E&ab\\_channel=EquipaRealistas](https://www.youtube.com/watch?v=IJ684wff96E&ab_channel=EquipaRealistas)

UNWTO - United Nations World Tourism Organization (2004). *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations, A Guidebook*. UNWTO.

UNWTO - United Nations World Tourism Organization (2010). *Tourism Highlights – 2010 Edition*. UNWTO.

UWTO - United Nations World Tourism Organization (2015). *Methodological Notes to the Tourism Statistics Database – Annex 2*. Understanding tourism: basic glossary3 - 2015 Edition. UNWTO

Uva, J.A. (2016). *Pedra, tempo e memória num monte agrícola de cinco estrelas*. Jornal Público, 4 de junho 2016. Obtido a 24 de novembro de 2016 em [http://fugas.publico.pt/hoteis/361774\\_sao-lourenco-do-barrocal?pagina=1](http://fugas.publico.pt/hoteis/361774_sao-lourenco-do-barrocal?pagina=1)

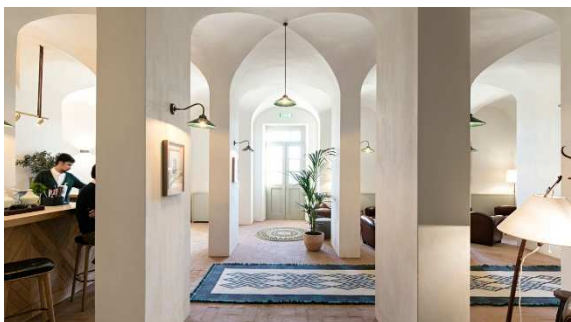
WCED-World Commission on Environment and Development. *Our Common Future, Chapter 2: Towards Sustainable Development*. Acedido em 2016, no: <http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>

ANEXOS //



## ANEXO 1

### IMAGENS DO PROJECTO DE SÃO LOURENÇO DO BARROCA ANEXO 2



(Fonte: [https://barrocal.pt/upload/images/gallery/BARR\\_SAO\\_LOURENCO\\_BARROCAL\\_HOTEL1.jpg](https://barrocal.pt/upload/images/gallery/BARR_SAO_LOURENCO_BARROCAL_HOTEL1.jpg), acedido em dezembro de 2016)



(Fonte: [https://barrocal.pt/upload/images/cottage/cottage\\_terrace\\_table.jpg](https://barrocal.pt/upload/images/cottage/cottage_terrace_table.jpg), acedido em dezembro de 2016)



(Fonte: [http://lifestyle.publico.pt/alojamento/361774\\_sao-lourenco-do-barrocal/-1](http://lifestyle.publico.pt/alojamento/361774_sao-lourenco-do-barrocal/-1), acedido em dezembro de 2016)



(Fonte: [https://barrocal.pt/upload/images/gallery/long\\_outdoor\\_pool.jpg](https://barrocal.pt/upload/images/gallery/long_outdoor_pool.jpg), acedido em dezembro de 2016)



(Fonte: [http://lifestyle.publico.pt/alojamento/361774\\_sao-lourenco-do-barrocal/-1](http://lifestyle.publico.pt/alojamento/361774_sao-lourenco-do-barrocal/-1), acedido em dezembro de 2016)



## ANEXO 3

### PLANO DE ORDENAMENTO DA HERDADE DO BARROCAL (GLOBAL ARQUITECTURA PAISAGISTA)



(Fonte: <http://www.gap.pt/project/barrocal/>, acedido em outubro de 2016)

#### CLASSES DE USO:

##### SOLO RURAL

##### ESPAÇO AGRÍCOLA

- olival
- vinha
- culturas temporárias | Ca - culturas arvenses

##### ESPAÇO AGRO-SILVO-PASTORIL

- montado

##### ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO | PROTECÇÃO E TURISMO

- mata de protecção e enquadramento

##### ESPAÇO NATURAL DE PROTECÇÃO

- galeria ripícola e mata ribeirinha
- mata de protecção e conservação





## ANEXO 3

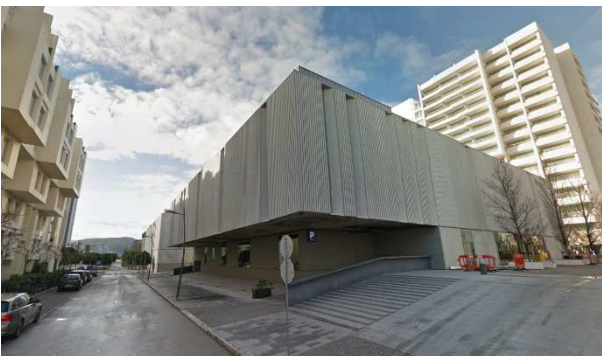
### IMAGENS DO PROJECTO DO TRÓIA RESORT



(Fonte: <http://www.palmapalace.com/wp-content/uploads/2016/05/MarinaTroia.jpg>, acessido em dezembro de 2016)



(Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/YQ3m7AMD1W0/maxresdefault.jpg>, acessido em dezembro de 2016)



(Fonte: Produção Própria sobre foto Google Maps, acessido em dezembro de 2016)



(Fonte: <http://lifecooler.com/files/registos/image/413666/232910.jpg>, acessido em dezembro de 2016)

